



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação



CRISTIANE MARIA DA SILVA

**Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos:
O encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco,
marcas de vivências.**

CAMPINAS
2022

**Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos:
O encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco,
marcas de vivências.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título de
Mestra em Educação na Área de Educação

Orientadora: Dra. Regina Maria de Souza

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELA ALUNA CRISTIANE MARIA DA
SILVA E ORIENTADA PELA PROF^a REGINA MARIA DE SOUZA

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Si38v Silva, Cristiane Maria da, 1981-
Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos : o encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco, marcas de vivências. / Cristiane Maria da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Regina Maria de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Mulheres negras. 2. Racismo. 3. História de vida. I. Souza, Regina Maria de, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Voices of black woman and images built on their bodies : the meeting of an individual story with the story of Marielle Franco, marks of experiences.

Palavras-chave em inglês:

Black woman

Racism

Life story

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Regina Maria de Souza [Orientador]

Cristina Carla Sacramento

Morena Dolores Patriota da Silva

Data de defesa: 13-12-2022

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5468-6632>

- Currículo Lattes do autor: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.men

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos:
O encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco,
marcas de vivências.**

CRISTIANE MARIA DA SILVA

COMISSÃO JULGADORA:

Dra. Regina Maria de Souza (orientadora)
Dra. Cristina Carla Sacramento
Dra. Morena Dolores Patriota da Silva

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2022

Esta pesquisa é dedicada a todas as mulheres da minha vida,
Das que me antecederam,
Das que compartilham comigo esta breve trajetória
neste espaço-tempo chamado agora.
À Aldaisa e a Areta, de onde vim e para onde serei levada.

Agradecimentos

Agradeço primeiro aos meus pais, Aldaisa e Dirceu, que me possibilitaram chegar até aqui, apesar de todas as dificuldades.

Agradeço a cada um dos meus irmãos e irmãs por vibrarem com minhas conquistas e incentivarem que continuasse nesta jornada. In memória de Valdir.

Agradeço à Professora Doutora Regina, que com tanta generosidade me acolheu e caminhou comigo durante todo este período, de incertezas da vida, de pandemia, de perdas e conquistas.

Agradeço ao Paulo, por entrar na minha vida, mudar minha trajetória e compartilhar comigo a responsabilidade de cuidar de Aretha... minha vida tomou outro sentido.

Agradeço aos meus sobrinhos, dos mais velhos aos mais novos, mas que fazem parte de quem eu sou.

Agradeço aos colegas de grupo pela partilha, companheirismo, pelos já tão longínquos encontros, que parecem terem sido há tanto tempo pela imposição do distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19. Aos queridos Anderson, Cássia, Morena, Thaísa e Samuel. Obrigada pela partilha!

Agradeço a amiga, Sandra, que me ajudou em momentos tão necessários. No início dessa trajetória foi essencial ter a sua amizade, e ainda é essencial.

Agradeço a Chinaira por simplesmente ser e ser tudo que cabe em nossa existência, na nossa relação.

Agradeço aos meus colegas de trabalho do CREAS de Sumaré, por compreenderem e compartilhar este meu processo.

Agradeço, em essência, a possibilidade de poder subverter a minha própria história e, apesar de todos os obstáculos, chegar até aqui.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela.

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos

com rimas de sangue

e

fome.

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo (In: *Poemas de recordação e outros movimentos*, 3.ed., p. 24-25)

RESUMO

Existe na cultura da população negra a tradição das histórias orais, visto que muito do que se passa no cotidiano dessas pessoas é apagado, muito pelas questões que perpassam o racismo estrutural e o projeto de eugenia que se estabeleceu no Brasil sobretudo na Era Vargas. O presente trabalho teve como objetivo entrecruzar histórias de vidas de quatro mulheres negras a partir da metodologia da pesquisa centrada no sujeito, onde o indivíduo fala de sua história e apresenta as vicissitudes decorrentes desta vivência e encontra ressonância na vivência de outras pessoas, para assim demonstrar que não se trata de questões individuais, mas de pontos que perpassam a vivência de dados grupos. Neste sentido, a escolha de eleger uma figura pública, com notória atividade política, neste caso Marielle Franco, visa demonstrar o quanto a vida das mulheres negras precisam ser evidenciadas a fim de que se amplie olhar para o modo como essas mulheres são colocadas na sociedade Brasileira. A partir disso a pesquisa no Portal Géledes buscou encontrar referências da ressonância de casos como o de Marielle são tratados e de como vai atingir o imaginário da população. Deste modo percebemos que as referências positivas sempre vinham de fora do Brasil, enquanto nacionalmente a história e a busca por justiça acaba fazendo parte do cotidiano das pessoas próximas. Percebemos assim uma tentativa de apagamento das histórias dessas mulheres, mas uma necessidade de exposição de um lugar que parece não pertencer a essas mulheres.

Palavras Chave: Mulher Negra; Racismo; História de Vida; Géledes; Marielle Franco.

ABSTRACT

There is in the culture of the black population the tradition of oral histories, since much of what goes on in the daily lives of these people is erased, much by the issues that permeate the structural racism and the project of eugenics that was established in Brazil especially in the Vargas Era. The present work aimed to cross-reference the life stories of four black women from the methodology of research centered on the subject, where the individual speaks of his story and presents the vicissitudes resulting from this experience and finds resonance in the experience of other people, to demonstrate that it is not individual issues, but points that permeate the experience of group data. In this sense, the choice to elect a public figure with notorious political activity, in this case Marielle Franco, aims to demonstrate how much the lives of black women need to be evidenced in order to expand the way these women are placed in Brazilian society. From this, the research in the Géledes Portal sought to find references of the resonance of cases such as Marielle's are treated and how it will reach the imaginary of the population. Thus, we realized that positive references always came from outside Brazil, while nationally the history and the search for justice ends up being part of the daily lives of people close to them. We thus perceive an attempt to put the stories of these women, but a need to exposure a place that does not seem to belong to these women.

Keywords: Black Woman; Racism; Life Story; Géledes; Marielle Franco

SUMÁRIO

Introdução	12
1. A proposta dessa dissertação: do recorte de meu olhar ao modo de direcioná-lo (objetivo e método)	20
1.1 Decidindo o foco do olhar	20
1.2 A questão da escolha do método ou da forma de acolhida dessas escutas: emaranhando minha história com a de outras mulheres negras	21
1.3. Os portais, blogs e sites voltados para a população negra - por que a escolha pela plataforma virtual Geledés?	23
1.4. A escuta do outro em espaço virtual: a netnografia como método/recurso de pesquisa.	25
2. Higienismo e eugenia no contexto brasileiro.	28
2.1 A “nobreza” ariana ao dilema negro em relação às mulheres negras	31
3. Se é negro ou negra é suspeito: a bravata policial	39
3.1 O paternalismo perverso do Estado	40
4. Colorismo e Eugenia: uma breve discussão	47
4.1 Dois meninos negros e dois processos de educação distintos - o menino 23 e o menino 2 (dois): o efeito real das ações do Estado na vida dos “jovens desvalidos.”	50
5. História de quatro gerações e cinco mulheres negras	55
5.1 Minha bisa.... Primeira geração	55
5.2 Minha avó materna: segunda geração	56
5.3 Minha mãe: terceira geração	57
5.4 Cristiane é o meu nome	58
6. O Feminismo negro e as vozes que ecoam do Geledés	65
6. 1 Marielle	66
6.2 Quadro de reportagens que fazem menção a Marielle Franco.	68
6.3 Feminismo Negro e Interseccionalidade	70
6.4 Quadro Ondas Feministas	71
7. Considerações Finais	76
Referências	82

Introdução

O presente trabalho pretende entrecruzar minha história, partindo de uma ancestralidade recente, com arquétipos¹ teóricos e fatos sociopolíticos a fim de historicizar o contexto de mulheres negras no Brasil, marcadas pelas intersecções de raça, gênero e estrutura social. Ribeiro (2017), realiza um percurso em que mostra como as mulheres negras tiveram, ao longo do tempo, suas falas menosprezadas. Faz, então, uma reivindicação de um lugar a ser conquistado pelas mulheres negras, pois somente elas podem falar por si, de suas dores, de suas lutas e de suas conquistas, tais quais suas participações no processo acadêmico.

[...] Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante. (RIBEIRO, 2017, p.90).

Na atualidade temos a emergência das redes de informação mediadas por computadores que expandiram as vozes de diversos grupos subalternizados em função do *locus* social que ocupam. Deste modo, usarei o Portal Geledés como referência para a discussão deste lugar de fala que é dado às mulheres negras, embora hajam outros portais e blogues que discutam a temática, optou-se pelo Geledés devido a sua atuação enquanto Organização Social cujo trabalho vem desde de 1988 com a criação do Instituto da Mulher Negra Geledés.

Revisarei também alguns discursos médicos, literários e de artes de um período que vai desde a década 1880 a 1940, período em que as ideias de Francis Galton (1822-1911)² ganham força. Além disso o prorgarama de gestão de Estado consolidado no Brasil na Constituição de 1934 durante o período de Getúlio Vargas, que corroboram as ideias de Galton. Segundo Stepan (2004), o Brasil é o primeiro país da América Latina a ter um “movimento eugênico organizado”:

¹ Arquétipo aqui entendido como “modelo ou padrão passível de ser reproduzido em simulacros ou objetos **Não há fontes bibliográficas no documento atual.semelhantes**”. (<https://www.dicio.com.br/arquetipo/>)

² Francis Galton (1822-1911), foi um antropólogo, matemático, que cunhou o termo “eugenia”-do grego *eugenes*, “bem-nascido” “[...]Em suas origens, a eugenia representava a aplicação de práticas de melhoramento e aprimoramento da espécie humana, trazendo influências dos conceitos biológicos de seleção natural, aptidão, meio ambiente e da teoria evolucionista de Charles Darwin, transferindo-os do mundo natural e aplicando-os à sociedade humana, o que forneceu grande embasamento científico às concepções eugênicas” (VERZOLLA E MOTA, 2017, p. 613).

Entre 1900 e 1940, o Brasil passou por profundas mudanças sociais e políticas provocadas por uma industrialização tardia e ‘dependente’, pela urbanização e por uma maciça imigração européia. Em outras partes do mundo, muitas dessas mudanças estiveram associadas à eugenia. No Brasil, no entanto, ela ocorria em um país ‘subdesenvolvido’, de população em grande parte católica, rural, racialmente mista e analfabeta. Em virtude de seu clima tropical e de sua população ‘mestiça’, o Brasil representava tudo que os europeus consideravam disgênico. (STEPAN, 2004, p. 334 - 335).

A disseminação de ideias eugenistas no Brasil apontava para diversos discursos legitimados pelos cientificismos eurocêntricos para que as mulheres negras fossem colocadas em condições subalternizadas e que até hoje perpetuam na base da pirâmide social brasileira.

Sendo essas mulheres as que têm menos acesso a empregos qualificados, que mais têm dificuldade no acesso aos serviços de saúde; e que constituem o maior número de famílias chefiadas por mulheres. Dados comparativos entre os anos de 2004 a 2014, realizado pelo Ipea (2016), mostram a relação da precarização do trabalho das mulheres negras em relação aos demais trabalhadores na mesma condição. Como trabalho precarizado, os pesquisadores compreendem que se caracteriza como “trabalho com renda até dois salários mínimos, sem carteira assinada, construção para próprio uso, conta própria (urbano), empregador com até 5 empregados (urbano), produção para próprio consumo (urbano) e não remunerado” (IPEA, 2016, p.12)

Em outro momento do presente estudo, faço ainda uma discussão entrecruzando períodos históricos, compreendido entre 1880 e 1950 com a criação de leis de caráter eugênico, desde a concepção da medicina legal no Brasil, por Raimundo Nina Rodrigues, que desqualifica a fala da mulher negra, atribuindo a seu corpo características físicas diferentes das mulheres brancas, para, assim, legitimar estereótipos acerca da sexualidade da mulher negra.

O desequilíbrio entre as faculdades intellectuaes e as affectivas dos degenerados, o desenvolvimento exagerado de umas em detrimento das outras tem perfeito símile nesta melhoria da intelligencia dos mestiços com uma imperfeição tão sensível das qualidades moraes, affectivas, que delles exigia a civilisação que lhes foi imposta [...]A sensualidade do negro pode attingir então ás raias quasi das perversões sexuaes morbidas. A excitação genesica da classica mulata brasileira não póde deixar de ser considerada um typo anormal. (NINA RODRIGUES, 1933, p. 153).

Ainda no período citado, colocarei como a literatura brasileira teve, em Monteiro Lobato, um forte representante das ideias eugênicas. Para tanto, lançarei mão de artigo, publicado pela Revista de Pesquisa (Auto)biográfica, de autoria de Patriota Silva, Souza e Silva (2019), que mostram como o livro de Monteiro Lobato, intitulado “O presidente

negro”, publicado em 1926 na intenção de agradar ao mercado literário norte americano, em especial os Estados Unidos, concretiza o sonho do autor na eliminação da raça negra pela via da esterilização, gerando assim o branqueamento pela impossibilidade da reprodução. Fato importante a se colocar é que, em detrimento da eliminação total do negro como proposto na obra acima citada, haviam outros eugenistas cuja tese do branqueamento da população negra viria pela miscigenação e a predominância genética do branco sobre o negro. Houve uma projeção, em 1911, de que em 2012 a população negra no Brasil seria inexistente.

No artigo, Souza, Patriota Silva e Silva (2019) mostram que Monteiro Lobato, em seu livro “O Presidente negro”, que se passa em um futuro distópico no ano de 2228, era avesso a possibilidade de a miscigenação ser a solução para o “melhoramento da raça”. As autoras ainda apontam para a perversidade do método utilizado na ficção para a eliminação da população negra naquele livro, qual seja, a esterilização química, através de um produto de alisamento de cabelo muito usado pelos negros, para se aproximarem aos brancos, criado por um cientista branco. Nesse produto, havia um componente - raios ômega - que esterilizava os negros e, desse modo, a população negra seria extinta pelas próprias mãos negras que buscavam a similaridade fenotípica com os brancos.

Fica evidente, no livro, que negros já se valiam de um produto para clarear a pele, portanto, já não tinham a pele escura, mas uma pele descrita por um dos personagens do livro como “cor de casca de barata”. Ao usar esse produto, os negros escamoteavam sua cor natural que era a preta.

O branqueamento não se faria apenas pela mestiçagem prevista por fórmulas genéticas, mas por um processo de escamoteamento das características negroides, que levaria menos tempo que a previsão feita em a Taboada das misturas. As duas formas – a primeira em virtude da mistura das cores, a segunda por uma *proximação estética das características caucasianas* – constituem meios de escamotear o negro, de modo que, de um jeito ou de outro, o desaparecimento gradual de uma raça se tornaria quase imperceptível, pois contaria com a aceitação do negro. (SOUZA, PATRIOTA-SILVA E SILVA, 2020, p.223, grifo meu).

Patriota Silva, Souza e Silva (2019) discutiram o conceito de “escamoteamento” da população negra por ela própria, ou seja, uma eliminação gradual auto-imputada que fará surgir uma rede de profissionais para atender a essa busca de semelhança, nos processos “estéticos” de clareamento de pele, nas cirurgias plásticas etc. Como efeito de um processo de normatização européia que definia a cor branca como a mais bela e do assujeitamento de pessoas negras a essa normatização, impondo-se estratégias de normalização. Esse mecanismo que agregava negritudes e branquitudes talvez possa ser explicado pela tentativa de autodefesa de pessoas negras de sofrerem discriminação de qualquer tipo; de terem

melhores oportunidades de trabalho; menos agressões psicológicas em convívio com brancos; ou talvez, por como efeito de um processo psíquico de se identificar com o agressor. Essa última situação será discutida ao ser analisado o documentário *O menino 23* de Belisário Franca, 2016 e em menções que será feita ao filme *Django Livre*.

O Presidente Negro expõe, com extrema clareza, o sistema cultural - de valores morais, estéticos, políticos etc - em que as mulheres negras constroem suas subjetividades, inseridas em um conjunto simbólico perverso, a tal ponto que o branqueamento na família passa a ser uma espécie de sonho idealizado para a ascensão de seus descendentes.

O diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda, fez em 1911 uma defesa científica da tese do branqueamento em documento elaborado para o First Universal Races Congress, realizado em Londres. No ano seguinte, com base nos dados do censo brasileiro, Lacerda calculou que por volta do ano 2012 a população negra do Brasil estaria reduzida a zero, e os mulatos seriam não mais que 3% da população (Skidmore, 1974)! Uma defesa posterior da tese do branqueamento, de lógica racista, foi feita pelo escritor, bastante popular, *Oliveira Vianna*, quando argumentou, em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, que através da influência regressiva dos atavismos étnicos e do cruzamento com brancos haveria, com o tempo, uma filtragem dos mulatos e o desenvolvimento de uma clara predominância biológica dos brancos sobre os negros e mestiços (STEPAN, 2004, p.358, grifo meu).

Outros eugenistas, e o mais proeminente deles, Renato Kehl, o mestiço era resultante da miscigenação e degeneração das raças:

O movimento eugênico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia -se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra 'raça' invariavelmente, no singular, para referir-se ao 'povo brasileiro', na esfera privada ela significava a 'raça negra'. (STEPAN, 2004, p. 355 356).

Neste sentido, uso a representação da obra a “Redenção de Cam”³, de Modesto Brocos (1895), por Lotierzo (2013), como mostra da tese de que somente o branqueamento poderia salvar o Brasil. Modesto Brocos (1852-1936), pintor, desenhista e gravador espanhol e naturalizado no Brasil a partir de 1890, proveniente de família de artistas; avô, pai e irmão. Inicia os seus estudos de arte na Espanha, porém as condições desfavoráveis para o

³ Bastante difundida entre as pautas de políticas de embranquecimento, A “Redenção de Cam” é uma pintura a óleo sobre tela realizada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895. A obra aborda as teorias raciais controversas do fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo “embranquecimento” gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação.

desenvolvimento da arte na região da Galícia o impelem a embarcar para a América do Sul em 1871, indo morar na capital do Império, Rio de Janeiro. A partir de 1875 estuda na Academia Imperial de Belas Artes e desenvolve um estilo em que mescla narrativas bíblicas com os tipos locais (Lotierzo, 2013).

A autora mostra, a partir da análise das obras de Brocos, como era a percepção do homem de elite a respeito do comportamento do brasileiro, em especial das mulheres negras e, de como, a “Redenção de Cam”⁴ fala de um desejo de estar mais próximo do que se considera ser o ideal, ou seja, ser branco. Sendo que tal desejo remete a uma condição de ser visto pelo outro (branco) como igual, de gozar dos mesmos privilégios. Evoca-se, neste contexto, a concepção de que o negro precisava da redenção que só o branco poderia lhe prover. Sendo o negro amaldiçoado, já que existem linhas religiosas que acreditam que os africanos descendem de Cam, filho de Noé, a maldição implicava que seus descendentes seriam “servo dos servos”.

Segundo Bilheiro (2008), três teses teológicas eram usadas para a manutenção da escravidão, a primeira dizia respeito a Adão e Eva e ao “pecado original”, neste sentido a escravidão não se referia a um povo em específico, a segunda tese apontava que havia uma maldição divina sobre os povos africanos que descenderiam de Caim, o primeiro homicida e que foi condenado por Deus a levar em seu corpo a marca de seu crime, ou seja, a pele escura, tentando justificar o processo de escravização dos africanos. A terceira e última linha aponta para a mesma lógica da maldição divina, que também vai apontar uma população específica, e, mais uma vez, os africanos são colocados em posição de serem escravizados já que precisam cumprir a maldição imposta por Noé a Cam, dando aos escravizadores a possibilidade de agirem sobre a vida e os corpos dos escravizados, amparados pela teologia da época.

Posterior ao final dos oitocentos do século XIX, passamos a um período em que os ideais eugênicos ganham força, culminando, na Alemanha, com a ascensão do Nazismo. No Brasil temos, como mencionado anteriormente, a promulgação da Constituição de 1934, que inclui a educação eugênica.

⁴ Cam, segundo a narrativa bíblica, era um dos três filhos de Noé. Após o dilúvio, Noé planta uma vinha e, embriaga-se de vinho, colocando-se nu dentro de sua cabana. Ao ver tal cena, Cam não cobre seu pai e zomba do mesmo contanto para seus irmãos o que havia presenciado. Os irmãos, de costas, entram na cabana e cobrem o seu pai com uma capa que estava sobre seus ombros. Quando acorda de sua embriaguez e lhe é dado a saber do ocorrido, Noé amaldiçoou Cam dizendo: “Maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos” (Bíblia Shedd, 1997, p.12)

Art. 138. Incumbe á União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a. assegurar amparo aos desvalidos, creando serviços especializados e animando os serviços sociaes, cuja orientação procurarão coordenar;
- b. estimular a educação eugenica;
- c. amparar a maternidade e a infancia;
- d. soccorrer as familias de prole numerosa;
- e. proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono physico, moral e intellectual;
- f. adoptar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbilidade infantis; e de hygiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissiveis;

cuidar da hygiene mental e incentivar a lucta contra os venenos sociaes. (BRASIL, 1934).

Na perspectiva da educação eugênica, como proposto na constituição, e no bojo das discussões que vinham sendo realizadas com relação a eugenia, as alíneas do artigo 138 articulam as possibilidades para a intervenção do Estado, em especial, para as famílias pobres. Aguilar Filho (2011), fala dos impactos das ideias eugenistas na vida das crianças e adolescentes pobres, de como o engajamento dos eugenistas levou a uma concepção de ideal de homem que impactava, até mesmo as propagandas da época, para que a esperança de futuro, depositado nas crianças, pudesse ser manipulado, de tal modo que a infância carregava o signo da opressão.

Na história brasileira, a crença numa desigualdade (iniquidade) entre o pretenso imaturo (a criança) e pressuposto maduro (o adulto) afirmou e constituiu práticas autoritárias e violentas nas relações sociais com a infância e a adolescência. Na pesquisa midiática essa concepção apareceu nas décadas de 1920 e 1930 com realces de grosseria. Os enunciados “não faz mal nem a uma criança”, “é bom para as crianças” e “é coisa de criança”, aparecem como “singelas” expressões, para vender venenos, guloseimas e drogas, justificando diferentes tipos de violações e de imposições. (AGUILAR FILHO, 2011, p.121-122).

O autor aponta para uma construção da infância em que as crianças gozam de condições de suportar uma série de arbitrariedades, a venda de venenos, drogas e as imposições do mundo dos adultos. As crianças pobres, por sua vez, inseridas em escolas agrícolas, sofrem as violações devido a concepção que se tem do sujeito pobre.

As crianças, nas escolas, deveriam ser higienizadas e saneadas por seus professores, “onde o desconhecimento dos mais rudimentares principios de hygiene é coisa

espantosa”. Aprender a “tomar banho e se limpar” para se tornarem futuros trabalhadores e soldados[...]. (AGUILAR FILHO, 2011, p. 172).

Essas crianças, que não conhecem os princípios básicos de higiene, segundo o trecho acima, só podem vislumbrar para seu futuro serem trabalhadoras e soldados, ou seja, estariam aptos a seguir ordens.

Perez e Passone (2010), revisam a legislação de atendimento a crianças e adolescentes desde 1927 e mostram como o Estado se coloca no centro das ações voltadas para este público, em especial, as famílias pobres e trabalhadoras.

O Estado incorporou o debate sobre a “salvação da criança” e sobre a “regeneração social”, alçando a criança a alvo das ações públicas e responsabilizando e punindo as famílias em relação aos cuidados à infância. A prevenção social e a elaboração de uma legislação específica, que permitisse a tutela do Estado e controle da sociedade, provocaram forte aliança jurídico-médico-assistencial organizada em torno do sistema de proteção ao “menor”. Em 1920 realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, impulsionando a criação de uma agenda sistematizada sobre a proteção social, e passou a ser debatida pela sociedade a regulamentação da assistência e proteção aos “menores abandonados” e “delinquentes”, culminando com a promulgação do Código de Menores em 1927. (PEREZ E PASSONE, 2010, p.655).

Sendo assim, os autores apontam que o Estado toma para si o controle sobre os corpos dos pobres, a noção do controle estatal sobre a vida das pessoas de modo a levar ao convencimento de que é melhor institucionalizar crianças e adolescentes desvalidos, ou seja: pobres e/ou órfãos e colocá-los sob a égide do Estado, perpetuando, assim, formas de escravização dessas pessoas.

Se o estado cria estratégias de controle, mulheres negras se organizam como grupo de resistência. Como exemplo temos o fato de que em 1988 surge o Geledés – “Instituto da Mulher Negra”. No ano de 2009 é lançado o Portal do grupo na internet, que projeta as diversas ações voltadas para a mulher negra em várias esferas da vida social, cultural, política, afetiva etc que constituem as faces das mulheres negras. O Geledés se apresenta aqui como marco objetivo de ressonância de vozes que vêm sendo caladas, desde o início do tráfico negreiro no Atlântico que se iniciou em 1580.

Neste trabalho as vozes dessas mulheres se apresentam de modo simbólico, na história de cinco mulheres negras, de quatro gerações diferentes, que tiveram suas vozes caladas pelas condições do cotidiano que se estruturam pela dominação do estado em suas vidas e suas escolhas; pelo machismo presente na sociedade brasileira e da construção de uma masculinidade que precisa ser reificada a todo instante; da violência que impera e faz calar

quando o som de uma voz começa a ser reconhecida para além das estruturas do machismo, do racismo, das questões de gênero e outros marcadores sociais.

Este trabalho é dividido em 7 capítulos, no primeiro capítulo apresento a proposta da dissertação e os locais que me lanço para iniciar as discussões; no segundo capítulo há discussão sobre higienismo e o modo que vai se estabelecendo no Brasil; no terceiro capítulo discuto sobre o que é ser negro no Brasil e a imagem que se constrói do corpo preto junto a um atravessamento do Estado; no quarto capítulo a discussão sobre eugenia e colorismo pretende ampliar a discussão sobre como o colorismo contribui, em certa medida, para que se coloque distinções entre a população negra, mas que, de fato, o tom de pele não nos privilegia em uma sociedade voltada para um padrão eurocêntrico; no capítulo cinco lanço mão da referência autobiográfica para contribuir de modo a embasar e costurar o que foi apresentado nesta dissertação, mostrando como o Estado intevém na vida e no cotidiano das pessoas; o capítulo seis uso como recurso o portal Geledés para exemplificar a necessidade de se evidenciar as pessoas pretas a partir de locais que os vejam como tal e que lutem para tornar visível histórias que nos atravessam, como pessoas pretas, deste modo Marielle entra como significante deste processo de reconhecimento e ressignificação; por fim nas considerações finais trago uma reflexão sobre a necessidade que temos de nos reconstruir mesmo ante a coisas que nos ferem e do olhar que o outro tem sobre a vivência e os corpos de pessoas pretas.

1. A proposta dessa dissertação: do recorte de meu olhar ao modo de direcioná-lo (objetivo e método)

1.1 Decidindo o foco do olhar

A presente pesquisa se propõe analisar aspectos da construção da imagem da mulher negra brasileira a partir do encontro entre o percurso autobiográfico, colocando em cena a minha própria história, como mulher negra, com àquelas das mulheres que, em minha família me antecederam, a partir de minha bisavó materna, em consonância com a história de vida e ativismo político de Marielle Franco. Isto é, Histórias nossas, emaranhadas com as vozes de mulheres negras ativistas do portal Geledés. O momento de minha escuta finda com o assassinato de Marielle Franco, ainda sem condenação do assassino e/ou de seus mandantes.

Portanto, me empenharei a escutar esses coros de histórias e vozes. Embora não pretenda me ater à teoria psicanalítica, emprestarei de Macedo e Falcão (2005) como entenderei tal escuta também como analista, não terapêutica, mas de histórias cujas feridas latejam e ainda são abertas nos corpos e nas almas (psiques) de mulheres negras como eu e tantas outras.

a possibilidade de escuta está no próprio desejo do analista, recuperado a cada momento pelo trânsito das associações que lhe permitem reconhecer seu desejo pessoal em jogo para poder a ele renunciar, levando-o a não ter a necessidade de querer assegurar seu lugar – nem pela rigidez do *setting*, nem pela rigidez do gesto (ALONSO, 1988, p. 4, apud MACEDO e FALCÃO, 2005, p. 74).

As autoras, Macedo e Falcão (2005), concluem que:

Ao propormos percorrer a história da escuta na psicanálise, chegamos à escuta *da* psicanálise. Ao lançarmos nosso olhar para a importância dada pelo analista às palavras de seu analisando, demarcou-se o fundamental papel da escuta do analista em relação a si próprio, em sua análise pessoal. De fato, a escuta da psicanálise encontra sua vitalidade na capacidade do analista reconhecer o valor e a necessidade de ser ele próprio escutado, promovendo em si uma capacidade que está fora do domínio da rigidez ou da padronização, e que por isto abre vias de acesso à escuta do outro. Assim, recupera -se no tempo de cada analista a criatividade e a vitalidade dos novos tempos inaugurados por Freud: o reconhecimento do inconsciente e dos recursos de acesso à compreensão de seus efeitos. (MACEDO e FALCÃO, 2005, p. 74, *grifo meu*).

Para parafrasear as autoras acima, ao estudar um período da história das mulheres negras, encontro a escuta de minha própria história, reconhecendo o meu próprio desejo de ser escutada, com a minha escuta, espero, poder promover em mim uma capacidade de conhecimento fora da rigidez, padronização ou polarização entre mim e o outro branco.

Se é possível outro empréstimo, para deixar mais explícito meu objetivo, busco um maior (re) conhecimento que possa me transformar mais que ao outro. Afinal,

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. [...] É a curiosidade - em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. - Mas o que é filosofar hoje em dia - quero dizer atividade filosófica senão consistir em tentar saber de maneira e até onde seria possível pensar diferentemente ao invés de legitimar o que já se sabe? (FOUCAULT, 1984, p. 15)⁵.

1.2 A questão da escolha do método ou da forma de acolhida dessas escutas: emaranhando minha história com a de outras mulheres negras

Partimos da constatação de que a historicidade desta pesquisa é indispensável para sua abordagem e compreensão crítico-reflexiva. Nas palavras de Minayo:

O objeto das Ciências Sociais é *histórico*. Isto significa que as sociedades humanas num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. *Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído*. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento quanto na decadência de teorias sociais. (MINAYO 2002, p. 13, grifo meu).

Assim adoto aqui a metodologia de pesquisa centrada no sujeito e o que sua biografia tem a dizer sobre a história em que foi constituído como sujeito, tal como propõe Kilomba (2019). A autora apresenta a possibilidade da pesquisa centrada no sujeito em que ele próprio se colocará na história a partir do grupo ao qual pertence; a esse olhar interno e ao mesmo tempo externo, Essed (1991) denomina “*study up*”, que em tradução literal significa “estudar-se”.

O conceito de pesquisa “*study up*” complementa o conceito de pesquisa “centrada em *sujeitos*” descrito anteriormente, pois ambos rejeitam o distanciamento dos “objetos de pesquisa”. Minha posição como intelectual não é a de um *sujeito* distante

⁵ Importante lembrar que o volume 2 da História da Sexualidade escrita por Michel Foucault, de onde tiramos a citação foi publicada em 1984 pela Gallimar ano da morte do filósofo momento em que ele se pergunta o que afinal de contas pra quê vale o conhecimento se não for para descaminhar aquele que conhece, ou seja, de lhe ter permitido ter uma visão em que ele pôde pensar diferentemente do que viu, aprendeu, continuando a olhar, a refletir em um processo ao mesmo tempo erudito e de autotransformação.

olhando para seus "objetos pesquisados", mas sim de uma "subjetividade consciente" (ESSED, 1991, p. 67, APUD KILOMBA, 2019, p.83). *Isso não significa que eu aceito sem críticas todas as declarações das/os entrevistadas/os, mas sim que eu respeito totalmente seus relatos acerca do racismo e mostro interesse genuíno em eventos ordinários da vida cotidiana.* Essa atitude de "subjetividade consciente", explica Philomena Essed, permite pedir às/aos entrevista(d)as/os para "qualificar declarações específicas e entrar em detalhes sem induzir reações defensivas da parte delas/es" (Essed, 1991, p. 67). *Por conseguinte, não concordo com o ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa,* melhor que o envolvimento mais pessoal. Ser uma pessoa "de dentro" produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em *sujeitos*. (KILOMBA 2019, p. 83, grifos meus).

Segundo Kilomba (2019), o sujeito ser ouvido de forma a dar crédito às suas experiências em decorrência de uma vivência próxima entre aquele que se faz falar e aquele que (se) escuta, ressignificando e aprofundando seus estudos nas condições históricas que participam, ou participaram, da constituição desse “eu” como parte constitutiva de um “nós”. Para Critelli (2012), ser narrador de si mesmo, implica a condição de mergulhar nas ações cotidianas com suas urgências e emergências, nos tornando agente de ações sem percebermos que, imersos nesse sistema relacional, construímos e narramos a nossa própria história. Deste modo o outro implica-se em um olhar mais panorâmico e abrangente de nossa narrativa. Então, para a autora, quando o indivíduo consegue explicar ao outro as suas ações e suas finalidades “quando consegue comparar suas intenções com os resultados dos seus feitos; quando inclusive pode julgar seus atos e palavras, certamente, terá aprendido a narrar-se” Critelli, 2012, p. 38. Assim,

[...] a construção de uma narrativa autobiográfica que nos prepara para o julgamento. *Somente quando podemos julgar a nós mesmos e, então, escolher e dirigir nossas ações, é que ganhamos a condição de autoria de nossa existência.*

Não é uma tarefa fácil, mas as raízes de sua possibilidade estão inscritas na nossa condição humana, pois somos criaturas que não apenas existem, mas também compreendem o existir. *Somos contadores de histórias e nossas histórias expressam os sentidos e nexos que descobrimos e emprestamos para os fatos da vida, aparentemente incoerentes e casuais.* (CRITELLI, 2012, p.39, grifo meu).

É traçando e entrelaçando passado e presente que me empenharei a dar visibilidade, ao escrever e escutar a minha história, as narrativas que minha mãe e bisavó fizeram de suas vidas bem com a trajetória de mulheres negras que são caladas/silenciadas, mas que, mesmo ante às tentativas de amordaçamento político a que são submetidas, conseguem construir redes, também virtuais, onde podem contar suas histórias, denunciar os absurdos dos maus

tratos velados e cínicos sofridos; gritar ou reivindicar dignidade e o respeito constitucional de igualdade de oportunidades e do não preconceito, realizar reflexões acadêmicas de grande densidade sobre o racismo, e desse modo, também favorecer um outro olhar para educar/politizar novas gerações femininas.

Para escutar narrativas de mulheres negras fora de meu círculo familiar, elegi a *Plataforma Geledés*, cujo critério de escolha exporei abaixo, mesmo sabendo que são várias, portanto outras, as redes sociais virtuais constituídas por elas.

1.3. Os portais, blogs e sites voltados para a população negra - por que a escolha pela plataforma virtual Geledés?

A importância de conferir escuta ao movimento negro, especificamente, à mulher negra faz surgir espaços de discussão nas mídias digitais, dentre as quais: *Blogueiras Negras*, nascido em março de 2012 com o intuito de ser referência “para as mulheres de ascendência Africana e aqueles que se identificam com o feminismo e a luta antirracista⁶ das mulheres negras”; o Portal *Alma Preta*, criado em 2015, com a missão de fazer jornalismo idealizado por jovens universitários para discussão de pautas antirracista; o Portal *Mundo Negro*, criado em 2001 com conteúdo escrito por jornalistas, segundo informações do próprio portal o mesmo baseia-se em uma agenda positiva, sem negar os problemas que atravessam as vivências dos afrodescendentes, mas que proporcione conteúdos que divirtam e elevem a autoestima do público alvo. Embora não ateremos aqui, temos as influenciadoras negras que, em sua maioria, são referência de representatividade para a construção da imagem de meninas negras na contemporaneidade. Em abril de 2020, o site, *Mundo Negro* elencou 50 blogueiras negras para seguir nas redes sociais, diga-se, que a grande parte delas trabalha na condição da autoaceitação da imagem da mulher negra em um país que valoriza a estética eurocentrica.

O *Portal Geledés*, está vinculado ao Instituto Geledés. Da importância de conferir escuta ao movimento negro, especificamente, à mulher negra em espaços como o Geledés, pode contribuir para os estudos voltados aos modos de subjetivação, de organização política, de construção de outras representações sobre a mulher negra e como é veiculada na mídia.

⁶ A partir de Pierre-André Taguieff (1989), Cruz (2016) “identifica a constituição da raça como categoria ao status de homem individual, de modo que o antirracismo é alocado no debate político da igualdade entre os homens. Afirma ainda que a conceituação do antirracismo segue a pluralidade de significações dadas ao racismo e, nesse sentido, estabelece uma diferença tipológica entre o “racismo clássico”, fundado em supostas diferenças biológicas, e o “novo racismo” [que surge na Europa em meados de 1990], baseado em conflitos advindos de diferenças culturais”. (CRUZ, 2016,

Além disso, pode oferecer elementos para se entender as estratégias de empoderamento, se houver, da mulher negra em espaço de alcance geograficamente ilimitado. Fazer o resgate de questões pertinentes às mulheres negras se faz necessário neste período especialmente nos dias que estamos vivendo, onde o racismo parece contagiar mais, ou estar tornando visível seus sintomas mais cruéis, que o vírus com o qual lutamos (COVID19) neste período. Os atravessamentos, as implicações, as ações voltadas a elas. Isso se dará, neste trabalho, à partir da página do Geledés, já que se fará uma análise de conteúdos que dão voz a essas mulheres.

A página do Geledés é uma porta para o Instituto Geledés, Organização Não Governamental fundada em 30 de abril de 1988 por um coletivo de mulheres negras na capital de São Paulo, Solimar Carneiro, Edna Roland, Sueli Carneiro, Nilza Iraci, Ana Lucia Xavier Teixeira e Maria Lucia da Silva, o primeiro portal, criado em 2009, cujo tema central estava dirigido especificamente à mulher negra, como parte das ações do *Geledés Instituto da Mulher Negra*, criado em 1988. A escolha do nome tem a seguinte explicação:

Geledé é originalmente uma forma de *sociedade feminina secreta de natureza religiosa*, existente nas sociedades iorubás tradicionais, que expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade. O culto Geledé *procura apaziguar e reverenciar as mães ancestrais para garantir o equilíbrio do mundo*. As principais representações do culto Geledé são as máscaras rituais que simbolizam o espírito das ancestrais e os diferentes aspectos de seu poder na terra. As divindades femininas adoradas nos "candomblés" brasileiros representam aspectos socializados desse poder, na visão do mundo negro / africano segundo o qual homens e mulheres são equivalentes e controlam certas forças da natureza. No entanto, a continuidade da vida na Terra, um atributo eminentemente feminino nesta tradição, é reverenciada de maneira especial.

Inspirado por essa tradição e pela perspectiva de atualizá-la à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, em 30 de abril de 1988, foi concebido o Instituto Geledés da Mulher Negra, uma organização política de mulheres negras cuja missão institucional é combater ao racismo e sexismo, valorizar e promover as mulheres negras em particular e a comunidade negra em geral. (GELEDÉS, 2016, grifo meu).

É, portanto, atravessada por esta feminilidade ancestral que minha mãe e minha avó tomaram para si, mesmo sem ter consciência disso, naturalizando suas funções como sendo, exclusivamente, a de prover a continuidade da vida na Terra, a fertilidade e a responsabilidade pelo cuidado com as vidas que geraram. Responsabilidade que as colocam, muitas vezes, em condição de subalteridade. Fazendo-as viver como dona de casas, empregadas domésticas e tantas outras profissões que demandam cuidar dos outros e jamais olhar para si.

Geledés, enquanto instituto físico e portal virtual se valendo da internet, dá voz e visibilidade a essas mulheres, suas dores, seus sofrimentos e suas conquistas, bem como a

denúncia do genocídio histórico e cotidiano da população negra, a morte de uma ativista dos direitos humanos e tantos outros temas tão necessários de serem colocados em pauta.

1.4. A escuta do outro em espaço virtual: a netnografia como método/recurso de pesquisa.

As várias transformações a que o mundo passa, especialmente as que dizem respeito a inserção da internet 2.0 possibilita visibilidade com interatividade em tempo real a várias vozes em diferentes plataformas com distintos objetivos, temas ou serviços. A partir de 2001, as pessoas não apenas recebiam conteúdos, mas podiam ter espaços pessoais ou comunitários em repositórios como o Youtube ©, que permite a criação de canais ou de jornais fora da mídia escrita ou televisiva, contra ou a favor dela; ou passaram a poder se inscreverem em redes de relacionamentos como o Facebook ©, Instagram ©, Twitter©, LinkedIn ©, dentro outras; as pessoas, instituições, organizações (conhecidas ou criadas virtualmente) construíram suas próprias redes sociais, como blogs, dentro ou fora dessas plataformas ao poderem criar novas redes. Essa possibilidade abriu, inclusive, novos campos de trabalho e de proventos a *youtubers, blogueiras e blogueiros, digital influencers, etc.*

Descortina-se, pois, um novo campo de pesquisa no qual o pesquisador pode analisar o que é postado, dar sua opinião, dialogar com diferentes interlocutores nem sempre sem saber qual o nome ou o gênero “reais” que estão marcados em seus perfis. Essa nova metodologia de pesquisa, além de ser também um campo de estudos, recebeu o nome de netnografia.

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia. (KOZINETTS, 2014, p. 61-62)

Não é à toa pois que, em 2009, ativistas negras fundaram o *Portal Gelèdes*, se apropriando das possibilidades abertas pela web 2.0. As publicações no portal e as publicações na página do Facebook© como forma de análise da interação das pessoas, inclusive os discursos de ódio, que reforçam a necessidade da manutenção de locais para a discussão e a visibilidade da sociedade como um todo, embora seja apenas uma amostragem da população. Tanto o portal tem 10 anos de existência como a página do *Gelèdes* no Facebook ©. No período da criação, sabe-se que havia um total de 644 mil seguidores e 649 curtidas, em dezembro de 2019. Interessante notar que a diferença dos números vai apontar as pessoas que reconhecem a existência da página, número de curtidas, em certa medida, e aquelas que desejam receber as informações publicadas pela página. Isto é, falamos de proporção, alcance, e subjacências algorítmicas que não se propõem aqui como pontos analíticos pormenorizados, mas que ditam elementos para reflexões tangentes aos lugares sociais e suas dinâmicas pré-delineadas que refletem as esferas virtuais. Atualmente, a página contém 637⁷ mil seguidores e 639 mil curtidas, havendo pois um pouco mais de leitores que apreciam as postagens, do que seguidores.

Durante a coleta e análise de dados três tipos de capturas são importantes: dados arquivais, dados extraídos e dados de notas de campo. A primeira coleta consiste em copiar diretamente de comunicações mediadas por computador dados da página, blog, site da comunidade ou grupo observado, assim como fotografias, trabalhos de arte e arquivos de som, dados cuja criação e estimulação o pesquisador não esteja diretamente envolvido. A segunda coleta refere-se aos dados extraídos que o pesquisador cria por meio da interação com os membros, tais como dados levantados por meio de entrevistas por correio eletrônico, bate papo, mensagens instantâneas etc. O terceiro tipo de coleta diz respeito às notas de campo experienciadas pelo pesquisador, sobre as práticas comunicacionais dos membros das comunidades, suas interações, bem como a própria participação e o senso de afiliação do pesquisador etc.(SILVA, 2015, p.340).

No presente trabalho, para atingir o objetivo proposto, é suficiente o primeiro tipo de coleta de dados. Quanto à questão ética, Kozinets (2014, p. 132) aponta quatro aspectos importantes para se a pesquisa: “identificar-se e informar os constituintes relevantes sobre a pesquisa; pedir permissões apropriadas; obter consentimento quando necessário; citar e dar o devido crédito aos membros”. Outra discussão pertinente neste caso é a do público *versus* privado, já que fala-se de pesquisa na internet e como este meio pode, com facilidade, subverter o entendimento do que é público e do que é privado. Neste sentido o autor coloca a necessidade de, quando o pesquisador se insere em uma comunidade em que diálogos

⁷ Reduzido para 626.199 (acesso atualizado em 09 de fevereiro de 2023 durante etapa de finalização de pesquisa).

acontecem o tempo todo, apresentar-se e explicitar o objetivo de estar neste local como observador das interações e até, por vezes, mediando alguns diálogos. No caso de páginas que produzem conteúdo e os disseminam, este estaria mais no campo público, já que tal plataforma é como uma revista virtual, portanto, tem a pretensão de que o seu conteúdo se torne público.

No tocante aos aspectos éticos supracitados cabe a menção de que as narrativas, reflexões e ensaios obtidos no Portal Gelèdes constam como domínio público sem haver qualquer relação direta ou de autoria. Aqui, os enfoques analíticos partem de dois eixos: o corpus teórico-acadêmico a partir de suas diretrizes e as vivências raciais narradas por mulheres negras como memorando de suas histórias.

2. Higienismo e eugenia no contexto brasileiro.

Quanto ao resto, trata-se do que se apazigua odiando, mantendo o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o Outro não como semelhante a si mesmo, mas como objecto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controlo total

Achille Mbembe

No final da primeira metade do século XIX, ganha potência no Brasil um movimento que preconizava o controle da disseminação das doenças nas cidades. Chalhoub (1996), coloca que os deputados da cidade de São Paulo, inspirados na interpretação que fizeram das ideias de Honoré Antoine Frégier (1789-1860), criminalista francês, compreendem que são as classes pobres as que produzem os malfeitores, prostitutas, pessoas afeitas aos vícios e a propagação de doenças a partir mais da educação do que de ações policiais.

Frégier chega efetivamente a recuperar muito do mundo das prostitutas, dos ladrões e dos espertalhões de todo tipo que pareciam infestar a velha Paris; o fato porém é que apesar de seu empenho e cuidado na análise das estatísticas ele não foi capaz de resolver o problema decisivo: seu estudo sobre os "malfeitores" acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres *as "classes pobres"*⁷. (CHALHOUB, 1996, p.21, grifo meu).

Devido a essa falta de determinação de fronteira, os deputados brasileiros decidiram pela interpretação que atrelava pobreza e ociosidade como sinônimos, pois para eles a maior virtude do homem era proveniente do trabalho e, se uma pessoa não conseguia acumular algum bem isso a colocava em uma condição de inaptidão ao trabalho (CHALHOUB, 1996).

Nesta mesma perspectiva, a do controle das cidades, havia a compreensão de que seriam as crianças as herdeiras dos vícios dos adultos de famílias "pobres e viciosas". Chalhoub, (1996, p. 20), aponta que a escritora inglesa, Mary Carpenter (1807-1877), em um estudo do mesmo período de Frégier sobre criminalidade trata uma parcela da população que nomeia de: "‘infância culpada’ ao referir-se às crianças cujos pais passaram pela prisão ou àqueles que tinham optado pelo roubo e atos ilícitos como meio de sobrevivência. Essas crianças, segundo ela, já nasceriam culpadas posto que eram frutos de pai/pais pertencentes

às “classes perigosas”. ⁸Tal discussão se faz presente no Brasil em um período próximo ao processo de abolição, já no final da década de 1880.

Vamos encontrar o conceito de classes perigosas como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. (CHALHOUB, 1996, p.20).

Essas discussões, a despeito da preocupação do contingente da população negra que estava nas ruas, se dá na transição do esquema de trabalho escravo, para o trabalho de imigrantes que chegavam ao país no processo de industrialização. Havia, naquele momento, a impossibilidade do exercício de poder para o controle dos negros como no período anterior, ao da escravatura.

Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de "classes perigosas" no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais. Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativeiro. (CHALHOUB, 1996, p.23).

Assim, a população negra passou a ser criminalizada no exercício de uma política de repressão às aglomerações, onde as leis visavam o controle das cidades pelas classes mais abastadas, justificadas pela necessidade de se evitar a propagação de doenças.

Em 1890, nasce a primeira versão do Código Penal brasileiro, sob “Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890”. Nele temos os seguintes artigos:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

⁸ “A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 (...) utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram construídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho. Em suma, a expressão é utilizada aqui de forma bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei” (CHALHOUB, 1996:20).

Parapho unico. E' considerado circunstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Parapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes. (DECRETO Nº 847 de 11 DE OUTUBRO DE 1890).

Diante do que foi posto, torna-se flagrante nos artigos acima do código penal de 1890 a criminalização da cultura negra como a prática da capoeira⁹ em um processo criado desde 1840 na tentativa de atribuir aos pobres, em especial os pobres e negros as características às classes “pobres e viciosas”. Processo esse que passa por revisão em leis posteriores, mas que, em 1941 vai dar lugar à “Lei da Vadiagem”:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena. (DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941).

Perez e Passone (2010), discorrem sobre a construção histórica das leis de proteção à infância desde 1827 até 1988, apontam, em especial para os três importantes momentos do século XX no Brasil que vão identificar como essa infância era vista que são:

[...] o Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo populista de Getúlio Vargas (1930 a 1945); a ditadura militar e o retrocesso dos precários direitos políticos e civis, (1964 a 1985), e o período de redemocratização, a partir de 1985 (Carvalho, 2004; Nepp, 1991), culminando na Constituição de 1988 e no reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros. (PEREZ e PASSONE 2010, p. 650).

⁹ Fontoura e Guimarães (2002) apontam que há várias teorias sobre o surgimento da capoeira, apontam a possibilidade de a arte já existir em África como dança ritualística e aqui se desenvolver como arte marcial. Outra possibilidade é o desenvolvimento da capoeira em território brasileiro, já que as etnias africanas escravizadas também se encontravam em outros países, mas não apresentaram a capoeira em seus territórios, como meio de defesa contra os maus tratos praticados durante o período da escravidão.

São essas leis, a partir de 1927 que colocam o Estado na centralidade das ações com crianças e adolescentes, bem como com suas famílias; tratadas, então, como crianças desvalidas, que eram todas aquelas que não gozavam de um suporte, considerado pelo Estado, adequado. Os autores apontam que o código de menores incorporava aspectos higienistas com relação ao meio, jurídico repressivo em relação aos indivíduos, além de moralizante, pois ao mesmo tempo que o Estado cuidava das crianças e mulheres recém paridas, impunha a sua vontade sobre quem responderia pela criança em caso de abandono, retirando dos pais a tutela de seus filhos.

Perez e Passone (2010) apontam para um movimento do estado que tentava convencer as famílias pobres a abrirem mão da educação de suas crianças, colocando as ações do governo como programas de cunho assistencial. Destaca-se que tais mudanças ocorreram entre o movimento de 1930 e o golpe de 1937. Sendo assim, a Constituição de 1937 afiançava cuidados e garantias para crianças e adolescentes, justificando que isso se devia ao desenvolvimento intelectual desta parte da população.

Schwarcz (2013), aponta que o Brasil foi um “laboratório racial”, sendo o século XIX, o período em que o darwinismo social é evocado para justificar as diferenças entre branco, negros e indígenas. Com a criação do Instituto Geográfico Brasileiro, em 1844, e a necessidade criada pelo instituto de contar a “história do Brasil”, um naturalista estrangeiro, Von Martin, apresenta a tese de que só se pode contar a história brasileira a partir da mistura das três raças. *É nessa perspectiva, a da miscigenação, que a eugenia brasileira vai tomando a sua forma entre os séculos XIX e XX.* Pois acredita-se que é assim que o Brasil chegará ao desenvolvimento, eliminando a raça negra pela miscigenação. Porém nem todos os eugenistas concordavam com tal teoria.

2.1 A “nobreza” ariana ao dilema negro em relação às mulheres negras

Ainda neste percurso entre séculos XIX e XX, Aguilar Filho (2011), demonstra que entre as décadas de 1930 e 1940, o Estado Brasileiro criou políticas estatais com viés higienista. Tais políticas, em especial, as de saúde e de educação mantinham um estado em que o racismo dava a tônica das relações a fim de permanecer, implicitamente, a relação senhor/escravo.

Nos mesmos séculos, desenvolvia-se, cada vez mais, em algumas partes da Europa e nos Estados Unidos o movimento da imposição da raça ariana, cuja cor suposta, teria sido a branca.

A etimologia dessa raiz indo-iraniana *arya- é bastante controversa, e mesmo a tradicional associação ao adjetivo sânscrito aryah “excelente” (de uma raiz *h2er- “bom, excelente”, que apareceria também no grego ἀριστός) não é totalmente segura. Siegert (1942, p. 85) considera segura apenas a relação com o irlandês antigo aire “nobre, excelente”. Pokorny vai na mesma linha, pois o seu dicionário etimológico lista (2007, p. 172) um termo *ario-? “mestre, senhor” (o ponto de interrogação marca um étimo não totalmente seguro), ao qual liga o avéstico airyō “senhor” e airya- “ariano”, e cita a runa 539 transcrita por Krause (1932) como arjosteR “o mais nobre, o mais distinto”. Essa forma, por sua vez, derivaria da extensão em *-i da raiz *ar-1 “mover, passar” (Ibid., p. 174-84), que aparece no latim ar-ma e no grego ἄρθρον “articulação”. De qualquer forma, liga (Ibid., p. 87) o avéstico airya - e o védico arya- à raiz *al-1 “ademais, outro”, que aparece no latim ult, *ulter, ulterior “situado para além de”. (GUIMARÃES, 2018, p. 42).

Arthur de Gobineu (1806-1882) foi quem primeira vez introduziu o termo “raça ariana” referindo-se aos descendentes dos povos, de estirpe nobre, originários da Ásia Central e que chegaram a Europa. “Para Gobineu, todos os povos europeus de raça “pura” branca eram descendentes do antigo povo ariano, o povo ariano – palavra que significa “nobre” – seria o ápice da civilização. Adolf Hitler retomou este conceito proposto por Gobineu para justificar sua política de extermínio dos judeus e povos não-arianos.

Na Europa industrializada e nos EUA as teorias raciais compuseram o ideário do capitalismo imperialista de maneira mais intensa com a conquista do continente africano e asiático, aumentando conforme os massacres perpetrados exigiam explicação sobre o injustificável. A conquista e a escravização que no colonialismo moderno foram justificadas pela religião e pela guerra justa, a partir de meados do século XIX passaram a se firmar na ciência. A “natural dominação da raça mais evoluída” levando a “civilização e o progresso” aos “inferiores, bárbaros e primitivos”. A reprodução da ordem do “superior” serviu como ideologia da conquista, de instrumentos para a dominação política e para a exploração econômica. Nas três últimas décadas do século XIX, Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália e os Estados Unidos da América disputaram para si a ideologia do povo evoluído com a missão divina de civilizar a humanidade. A partilha/disputa da África e da Ásia entre as potências européias foi uma das consequências mais diretas e mais exemplares desse processo. (AGUILAR FILHO, 2011, p. 15).

Apontava-se para a “pseudo” superioridade da raça¹⁰ branca em detrimento da raça negra, indígena e amarela. Toda etnia não européia era considerada inferior, possuindo características, físicas, psíquicas e morais consideradas degeneradas. As teorias médicas reforçavam as idéias vigentes à época. A eugenia acabou por ter na teoria de uma “raça ariana” o ápice para designar uma suposta superioridade de um grupo étnico em detrimento dos demais.

No Brasil, o médico e legista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), estudou a cultura negra, onde pautou sua tese nas teorias criminais de Lombroso. Deste modo, estudava as mulheres negras a fim de “mostrar” as degenerescências provenientes da raça negra.

A sensualidade do negro pode atingir então às raias quasi das perversões sexuais morbidas. A excitação genésica da clássica mulata brasileira não pôde deixar de ser considerada um tipo anormal. "Nunca se frizou bastante, diz o Sr. José Veríssimo (A educação nacional, Pará, 1890), a depravada influencia deste característico tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso caracter. "Esse fermento do

¹⁰ Guimarães (2018) em seu artigo intitulado “O termo Ariano e a Narrativa Indo-Européia”, desvela a origem do termo “*ariano*”, tal qual foi utilizado na Alemanha na década de 1930; enfatiza que nem todas as pessoas brancas são arianas. Um sujeito ariano refere-se àquele descendente direto, ou pertencente ao “subgrupo dos indo-europeus, que penetraram no subcontinente indiano a partir do norte, espalhando-se pela Índia”.

Ariano. Dicionário HOUAISS, Rio de Janeiro: Objetiva, p. 181, 2009.). “Semita. 1. relativo ao grupo étnico e linguístico ao qual se atribui Sem, como ancestral, e que compreende os hebreus, os assírios, os aramaicos, os fenícios, os árabes, ou membro desse grupo; 1.1. relativo a ou judeu. [...] “ semítico [...] relativo ou pertencente aos judeus. Ling. relativo ao ramo da família camito-semítica de língua que se estende do Noroeste da África até o sudeste da Ásia”, incluindo as línguas já mencionadas (Semítico. Dicionário HOUAISS, Rio de Janeiro: Objetiva, p. 1727, 2009). As **línguas semíticas** são também denominadas **línguas camito-semíticas** ou línguas afro-asiáticas,

A determinação pela “raça ariana” pode ser melhor compreendida se nos lembrarmos de como o povo germânico se constituiu: Em 2300 a.C. hordas de povos indo-europeus, antepassados dos germanos, se instalaram no norte e no centro da Alemanha, os povos bálticos e os eslavos no leste e os celtas no sul e no oeste. Portanto, a ideia de Hitler talvez fosse resgatar essa pureza ariana (indo-européia) perdida com migrações e misturas sucessivas de etnias. Guimarães (2018) apresenta o termo *ariano* e suas variações (*Arier*, *aryan*, *arian*, *ari*), nas línguas européias modernas, como terminologias linguísticas, mas que no nazismo vai adquirir o status de raça, colocando os *semitas*, como uma raça inferior aos arianos. Características como a cor do cabelo, da pele, estatura e em especial o tamanho do crânio é que vão determinar a “pureza” do indivíduo. Há, portanto, três famílias linguísticas que vão se colocar no século XIX a partir de mitos fundadores de narrativas bíblicas, em especial a família camito-semita, que tem em Noé o seu patriarca. Cam e Sem são dois dos três filhos deste personagem bíblico. Tanto a noção de povo escolhido, quanto a maldição de Cam, são colocadas para “justificar” a superioridade de uma raça em relação a outra.

aphrodisismo patricio", como lhe chama o Sr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade physica e moral. A poesia popular brasileira nola mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força dos seus attractivos e da sua influencia. O povo amoroso se não fatiga em celebrar-lhe, numa nota lubrica, os encantos, que elle es-miuça, numa soffreguidão de desejos ardentes. Canta -lhe a volupia, a magia, a luxuria, os feitiços, o faceirice, os dengues, os quindins, como elle diz na sua linguagem piegas, 'desejosa, sensual." (RODRIGUES, 1895, p. 153 -154).

Percebe-se que há a alusão de que é a mulher negra, mestiça, a responsável pela perda da virilidade física e moral do brasileiro. Sendo assim, é esta mulher que descaracteriza essa sociedade. É a sexualidade exacerbada, atribuída a esta mulher, portanto que dá a tônica para males maiores. Apesar disso, o branqueamento da população é visto como a alternativa para a melhoria da população brasileira.

Lotierzo (2013), aponta como é na mulher negra que se pensa na possibilidade do branqueamento, a partir de sua leitura da obra “*A redenção de Cam*” datada de 1895, da autoria de Modesto Broco. É realizada a análise de que o branqueamento é tido como um milagre, já que há o melhoramento da raça. Cam é escolhido por Brocos por representar o povo negro já que Noé, seu pai, o amaldiçoa por tê-lo visto nu após um episódio de embriaguez e ter zombado do mesmo, Cam é expulso pelo pai e vai para outro lugar, que alguns acreditam ser algum país da África. Em Gênesis capítulo 9 versículos 24 a 27, Noé, pai de Cam, com raiva pelo filho ter rido de sua nudez enquanto dormia embriagado, imputou a Cam, “filho de Canaã”, a seguinte maldição:

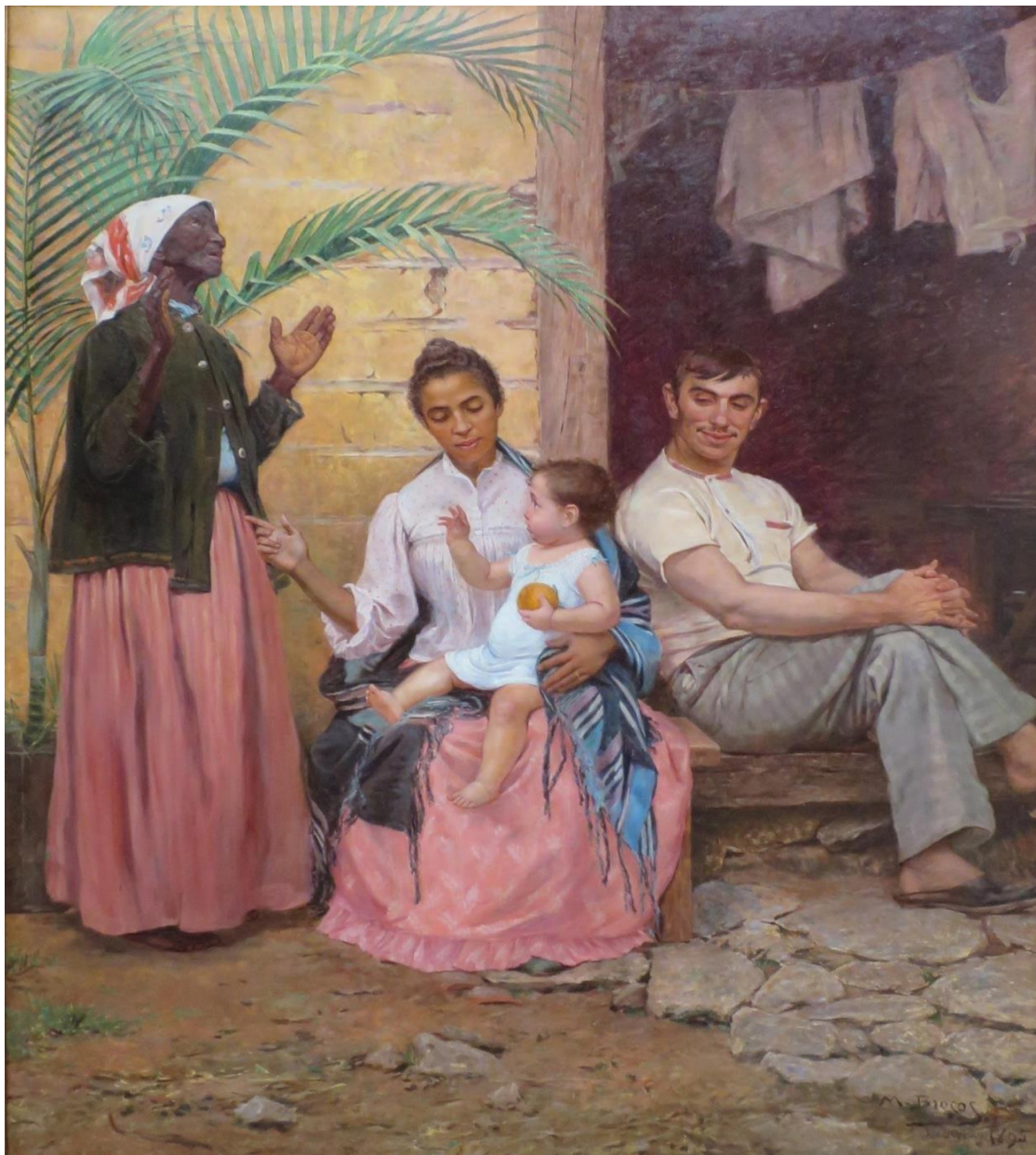
”Maldito seja Canaã!

Ele será escravo dos seus irmãos, um escravo miserável!”

E Noé disse mais:

“Bendito seja o Senhor, Deus de Sem, e que Canaã seja seu escravo. Deus faça com que Jafê tenha domínio sobre muitas terras, e que seus descendentes¹¹ morem nos acampamentos de Sem. E que Canaã seja escravo de Javé”(TEXTO BÍBLICO, 2012, p.23).

¹¹ ¹⁰ [...]os decendentes de Cam são antes vistos como perversos, e depois como negros. Não se menciona a escravidão, embora se mantenha a postura de ver os africanos como herdeiros de ancestrais bíblicos que se considera perniciosos. LOTIERZO, 2013, p.72.



(1895). Óleo sobre tela 199cm x 166cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

A obra mostra uma mulher negra, de pele retinta e pés descalços, agradecendo aos céus por seu neto ter nascido branco, com roupinha branca aos moldes europeus, livre da escravidão. Fato subjacente na obra é que a família da qual provém a criança branca está constituída, tal qual a família burguesa; pai, mãe e filho. Sendo a filha mestiça, esta aparece apontando para a sua mãe, a criança fruto de uma segunda geração em que ocorre a mestiçagem. Lotierzo (2013), então, refere que “ao afastar-se do modelo de representação convencional da mulher negra na Europa, o artista terá buscado constituir padrões visuais capazes de aludir a processos de “seleção sexual” (p. 228).

A obra de Modesto Broco, mostra, mais uma vez o lado perverso da constituição do ideário de branqueamento da população brasileira, sendo este fato, fruto de agradecimento do negro de pele mais retinta que tem, na mestiçagem, a possibilidade da redenção, de um futuro “melhor” para as futuras gerações devido a tonalidade da pele que vai adquirindo gradações mais claras. Esta “seleção sexual”, portanto, só poderia advir do homem branco em relação a mulher negra/mestiça. A mulher negra, que, saída da condição de escrava, passa a ser investigada e retrata pelas ciências, serve somente de modelo, de padrão a ser estabelecido para qual a função ela será destinada. A famosa frase de Freyre (1932), dá a tônica de como as mulheres alcançam determinada condição, dependendo de seu tom de pele: “branca para casar, mulata para f* e negra para trabalhar”, a estrutura social, determina, portanto, o local que cada mulher vai ocupar, são seus corpos que falam e não suas vozes que são ouvidas.

A medicina contribui de modo a que este estado em relação às mulheres permanecesse. Ainda, em Nina Rodrigues, a tese da inferioridade da raça negra levava a processos bastante perversos. Franklin (2017), mostra como as mulheres negras eram desqualificadas em seu discurso quando apresentavam queixas semelhantes às mulheres brancas. Mostra, como na obra do médico, as diferenças eram justificadas pela anatomia dos corpos, o racismo “respaldado” pela ciência.

O caso mais emblemático no que diz respeito às mulheres brancas é de uma jovem de dezoito anos, descrita por Nina Rodrigues como pertencente a uma excelente família. A moça estava com as “regras atrasadas” por sete meses e houve um aumento gradual de seu ventre neste mesmo período, o que levou a família a suspeitar de uma possível gravidez. A mãe, aflita com a situação da jovem protestou por um exame médico, mas a jovem negara a gestação, afirmando ser virgem e se submetendo a um exame direto dos órgãos sexuais (RODRIGUES, 1900:22). No exame da moça, Nina Rodrigues se surpreende ao encontrar um hímen intacto, mas segundo ele, a vulva da jovem estava deformada com uma abertura incomum dos grandes lábios, o que o levou à conclusão de que houve a prática de atos obscenos exteriores, cuja consequência foi a gravidez, indubitavelmente visível (RODRIGUES, 1900:22). A jovem contou então que desde os nove anos, um tio a violara por meio de atos sexuais externos e que o último ato fora justamente há sete meses atrás, durante uma festa familiar. Segundo Nina Rodrigues, diante dessas circunstâncias, a introdução de espermatozoides é possível e, por muitas vezes, seria facilitada, o que resultou numa gravidez visível, ainda que a jovem tenha conservado, de fato, a virgindade (RODRIGUES, 1900:22). Tendo o caso dessa moça em vista, Nina Rodrigues defende que, apesar de a mesma não ser considerada menor pela legislação penal brasileira à época, deveria ser possível considerar a menoridade da moça quando houve os abusos, haja vista se tratar de um hímen complacente, em que o tio da menina possuía certeza de que a virgindade da mesma estava intacta (RODRIGUES, 1900:23).⁷⁴ Assim, Nina Rodrigues usa do vocabulário jurídico penal a fim de legitimar a palavra da menina, auxiliando seus familiares a enquadrarem-na como vítima de uma situação de violação. Também pode-se apontar a atenção dada à descrição do caso desta moça, com riqueza de

detalhes sobre sua condição e as expressões que utiliza para designá-la (FRANKLIN, 2017, p. 121-122).

Em resumo, o médico Nina Rodrigues sustenta a violação realizada pelo tio na jovem sobrinha branca de “excelente família”, devido ao fato de essa ter um hímen flexível (complacente) que não se rompeu com o estupro, além disso os abusos teriam se iniciado quando a menina contava com nove anos, portanto, em situação de pouco discernimento ou resistência; portanto, o crime havia sido cometido. Em contraste, Franklin (2017 apresenta mais três casos de meninas, só que agora negras, que foram examinadas por Nina Rodrigues:

O tratamento muda, no entanto, quando ele começa a descrever os casos reais de mulheres negras, nos quais foi chamado pela própria polícia a atuar. Vejamos: Segundo Rodrigues (1900:33), no dia 10 de março de 1897, o chefe de Polícia lhe convidou a fazer um exame em uma “mulata de dez anos, imbecil e idiota”, que alegara ter sido violada. Sua conclusão é de que “certamente não havia sido deflorada”, pois seu hímen estava intacto, apesar de dizer que poderia ter sido vítima de qualquer atentado violento ao pudor. Já no dia 29 de setembro de 1898, também foi chamado ao quartel da polícia para analisar a menina que ele descreve como “negrinha Jovina, de 11 anos, sem sinais de puberdade”. Segundo ele, a pequena acusava o amante de sua mãe de tê-la estuprado. Contudo, Nina Rodrigues nega essa possibilidade: “esta criança não foi vítima de estupro” (RODRIGUES, 1900:33).

Difícilmente também seria possível admitir um atentado violento ao pudor, pois a vulva estava, segundo ele, intacta. (RODRIGUES, 1900:33 Apud FRANKLIN, 2017, p. 122-123, grifos nossos).

Em relação ao primeiro relato é possível perceber as diferenças na forma de tratamento, enquanto a moça de 18 anos é chamada de jovem, as meninas negras são classificadas como: “mulatinha de dez anos, imbecil e idiota” e “negrinha”, formas de tratamento que dão ênfase na cor das jovens e não, de fato, a idade destas. Além disso, nota-se a conclusão que exclui delas até mesmo a possibilidade de terem sido vítimas de atentado ao pudor. A mesma situação jurídica, pareceres opostos do mesmo médico legista.

Aos 13 de março de 1897, foi chamado (também pelo Chefe da Polícia) a examinar Luiza, descrita como *negra crioula, de 15 anos*, de constituição robusta. Segundo ele, o exame de Luiza constatou que *seu hímen possuía duas feridas cicatrizadas*, localizadas na porção média, como nos dois casos anteriores quando tratou de Jovina e da mulata de 10 anos cujo nome não achou importante citar (RODRIGUES, 1900:33).

A conclusão de que Nina Rodrigues chega após observar tais casos, demonstra como seu discurso funcionou para categorizar mulheres negras e mestiças como não vítimas. Segundo ele, no último caso citado (de Luiza), as rupturas de defloração ficaram evidentes e tais se assemelham muito aos “entalhes” congênitos dos outros dois casos que precederam o de Luiza (de Jovina e da mulata). *Segundo o médico, essa disposição congênita será encontrada nas negras e mestiças, ou seja, o que Nina Rodrigues estava argumentando era de que as negras e mestiças possuíam um tipo de hímen que se assemelhava ao hímen rompido* (RODRIGUES, 1900:34 Apud FRANKLIN, 2017, p.123, grifos nossos).

Assim, coloca-se a mulher negra, desde a mais tenra idade, como alguém cuja fala é emudecida, que mesmo os fatos (ferimentos no hímen) violências recebidas, é possível, através do saber médico, que atendia a uma família branca da elite, anular a palavra dessas mulheres. A anulação da palavra das mulheres negras é uma das faces da eugenia, reiterada, em relação a elas, no Brasil, mesmo no final do século XIX, portanto, mesmo após a abolição da escravatura.

Se, como a máxima freyreana, as mulheres negras e pardas estão fadadas ao trabalho doméstico e a ser objeto sexual, seus corpos e o que acontece a eles não importa, mesmo que haja a palavra delas a relatar sobre o ocorrido. É como o homem branco vai determinar, até mesmo, as condições intelectuais dessas mulheres, brancas ou negras, já que Nina Rodrigues atribui a jovem branca um comportamento pueril, apesar de sua idade e caracteriza a menina de 10 anos como “imbecil e idiota”. É o homem, em especial o homem branco, que vai criar e determinar os padrões do que é aceitável, inclusive para ser mulher.

3. Se é negro ou negra é suspeito: a bravata policial

Souza, Patriota Silva e Silva (2020) apontam para os mecanismos de genocídio dos negros, analisando duas situações que foram de relevância em contexto nacional e que coloca as políticas atuais de (in)segurança pública no cerne da questão. O primeiro caso se refere a incumbência dada, de forma documentada, em 2013, por um capitão da polícia militar a seus subordinados, de que todo *homem* negro e/ou pardo deveria ser abordado, como foco de um processo de redução da criminalidade na região de Campinas (apenas os homens seriam abordados). Outro caso, ocorrido em abril de 2019, foi o do músico Edvaldo, que indo para uma festa de aniversário com sua família, teve o carro alvejado por mais de 200 tiros, sendo que 80 atingiram o seu corpo.

Em março de 2014, um caso emblemático mostra o descaso pela vida e pelo corpo das mulheres negras. Na zona norte do Rio de Janeiro, no bairro de Madureira, uma mulher saiu para comprar pão para sua família, Cláudia da Silva Ferreira, auxiliar de serviços gerais, na época com 38 anos de idade, foi baleada com dois tiros. Os policiais a colocam no porta malas da viatura e saem em disparada para levá-la ao hospital, sem esperar pelo socorro adequado. No meio do trajeto a porta se abre, Cláudia tem seu corpo dependurado para o lado de fora da viatura e é arrastado por mais de 300 metros, minando as chances que teria de sobreviver aos ferimentos da bala. Cláudia tem seu corpo arrastado em praça pública, como se fosse somente um pedaço de carne a ser exposto. Ainda hoje, sete anos após o assassinato, nenhum dos policiais foram responsabilizados, tendo alguns dos envolvidos, já sido aposentados.

Tudo isso, no entanto, é também efeito de uma educação colonizadora e, como tal, doutrinária.

[...] A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação eles proibem, consequentemente, todos os outros; ela se serve em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição dos sujeitos que falamos discursos e dos discursos aos grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Enfim, em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar apropriação social dos discursos. *Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, um instrumento graças ao qual todo indivíduo em uma sociedade como a nossa pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pelas distâncias, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação do discurso, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.*

[...]Digamos, que uma palavra que são esses os procedimentos de sujeição do discurso . *O que é afinal um sistema de ensino, senão uma ritualização da palavra, senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso, senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?[...]*” (FOUCAULT, 1996, p. 43-44, grifos meus).

Todavia, os efeitos de uma educação doutrinária sobre o negro será melhor discutido a frente, especialmente ao que concerne ao colorismo, mecanismo implícito, muitas vezes sutil e insidioso, no qual a ascensão social e educacional é facilitada quanto mais clara, ou imperceptível, for a cor preta na pele do negro (SOUZA, PATRIOTA SILVA E SILVA, 2020)

É importante destacar uma frente possível de análise: que se refere à construção pelas instituições de uma imagem em fragmentos colados produzindo uma figura sem ética - para seus próprios construtores - ou estética.

3.1 O paternalismo perverso do Estado

O Estado, por diversas vezes, aparece regulando a vida dos pobres¹². Perez e Passone (2010) afirmam que a organização dos movimentos trabalhistas era limitada e que a Constituição de 1937 coloca o Estado como paternalista em relação às demandas sociais da época.

“Desse modo, o Estado proporcionaria um mínimo de condições institucionais para a preservação física e moral das crianças, e, concomitantemente, as famílias teriam o direito de ‘invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação de sua prole’ (RIZZINI 1995, p. 136)” (PEREZ E PASSONE, 2010, p. 656).

É a partir desse momento que se possibilita a criação de organizações para atender as crianças e adolescentes das famílias pobres, através de diversos departamentos que visavam, essencialmente, o controle destas

Na área infanto-juvenil, aprofundou-se a prática higienista e repressiva, que privilegiava o internamento dos menores como principal tática de contenção e atendimento à criança ou adolescente destituídos de status social. A criação do Departamento Nacional da Criança – DNCr –, do Serviço de Assistência ao Menor – SAM – e da Legião Brasileira de Assistência – LBA –, marcaram o atendimento às

¹² Segundo publicação do IBGE (2019) sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, das pessoas abaixo da linha da pobreza em 2018, 15,4% era de pessoas brancas, enquanto 32,9% do percentual era formada por pessoas pretas ou pardas. Considerou-se abaixo da linha de pobreza, pessoas com renda inferior a US\$ 5,50 (cinco dólares e 50 cents) por dia. Compreende-se, portanto, que a maioria das pessoas pobres ou extremamente pobres, são pretas e/ou pardas.

famílias, crianças e jovens no período. [...] A intenção da União de formular um sistema de assistência social à infância possibilitou a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, ao qual caberia instituir serviços públicos de atendimento à população em condições de pobreza e miserabilidade, para atuar nas esferas de âmbito nacional, estadual e municipal. Em 1940, criou-se o Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que possuía o objetivo de “criar viva consciência social da necessidade de proteção à diade materno -infantil [...] desenvolver estudo, organizar estabelecimentos, conceber subsídio às iniciativas privadas de amparo às mães e filhos *e exercer fiscalização*” (Rizzini, 1995, p. 138). (PEREZ E PASSONE 2010, p. 656, grifo meu).

Mais para frente, em 1941 há a criação de mais um serviço para crianças e adolescentes, ainda tratados como menores

[...] o Serviço de Assistência ao Menor, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores, em razão do Decreto n. 3.799, que atribuía ao Estado poder para atuar junto aos “menores”, reiteradamente qualificados como “*desvalidos*” e “*delinquentes*”. A estratégia da relação estatal/privado para o provimento de serviços e atendimento às políticas sociais foi aprofundada em 1942, com a formulação e implementação da Legião Brasileira de Assistência. Essa entidade se articulava com as demais organizações sociais do país juntamente com o Departamento Nacional da Criança, perfazendo assim o arcabouço assistencialista do populismo varguista. (PEREZ E PASSONE 2010, p. 657, grifo meu).

Percebe-se no trecho em destaque reminiscência da associação entre pobreza e delinquência difundido no final do Brasil Império.

Em 1943 foi aprovado o Decreto n. 6.026, que dispunha sobre as medidas aplicáveis aos menores de dezoito anos pela prática de fatos considerados infrações penais. Essa medida não alterava o anterior Código de Menores de 1927, salvo o prolongamento da inimputabilidade penal de 14 para 18 anos. Em 1944, por intermédio do Decreto n. 6.865, o SAM teve redefinidas as suas competências, cabendo-lhe orientar *e fiscalizar as entidades particulares; diagnosticar os casos em que caberiam internação e ajustamento social, por meio de exames médico-psicopedagógicos; encaminhar e abrigar os menores aos estabelecimentos, bem como, supervisionar e controlar as instituições particulares que recebiam subvenções do Estado* (Faleiros, 1995, p. 69). Essa etapa marcou por um lado, o *assistencialismo estatal* e privado destinado às famílias trabalhadoras, permeado por um forte domínio paternalista populista de políticas públicas centralizadas, e, por outro, o aprofundamento de uma *prática repressiva e higienista que privilegiava o internamento como principal ferramenta de proteção à criança sem infância*. (PEREZ E PASSONE 2010, p.657, grifos meus).

A Institucionalização era a opção marcada pelos ordenamentos do Estado em relação às famílias pobres, como colocam os autores, uma prática higienista de fato, já que tira das ruas as crianças filhas de famílias pobres, com a justificativa de “salvaguardar” a infância e adolescência daqueles “normais”, na maioria brancos, ou que gerava recursos para o Estado. A definição do que seja “normal” é política e historicamente determinada por uma dada época histórica. E ser normal era ser um bom cidadão.

Aguilar Filho (2011), aponta que são as ordenações manuelinas, datadas de 1532, que vão definir quem é o Homem Bom, ou seja, aquele que goza de todas as prerrogativas do Estado e que será favorecido em todas as esferas da vida pública. Este “homem bom” se caracteriza por ser: branco, católico, pai de família e senhor. Características ainda hoje valorizadas para definir quem merece ser ouvido, quem determina e detém as esferas de poder.

Qual era a alusão do sujeito português nas ordenações manuelinas¹³. A alusão é feita em relação ao corpo humano - cada um, todos os povos portugueses deveriam funcionar em harmonia e em sintonia com o rei de Portugal.

O poder português era estruturado organicamente como um modelo de funcionamento do corpo humano, onde cada órgão tinha uma função específica a ser desempenhada, e cada membro componente deste poder era visto como um prolongamento dessa estrutura orgânica, deste corpo. Esse compartilhamento de poder do aparelho político-administrativo e sua necessária manutenção eram geridos pelo representante maior desta disposição, pela cabeça, localizado na figura real. Seria tornar-se um estímulo e aval da manutenção da harmonia, da paz e da segurança. A isso se somava a garantia em fazer permanecer em seus lugares devidos cada um dos poderes recortados, evitando interferências entre os mesmos, numa busca de sincronia institucional. (GAMA, 2011, p. 34, grifo meu).

A parte desse corpo que não funcionasse de acordo com o padrão “normal” esperado pelo rei era deixada por sua própria conta, mantidos excluídos em asilos, abandonados pelos familiares em vias públicas para deixar morrer ou atos de correção disciplinar do infrator.

Michel Foucault em seu clássico livro *Vigiar e Punir* (1999) e em seu curso *Em defesa da Sociedade*, ministrado no Collège de France entre 1975 a 1976 (2000) faz uma análise genealógica do poder disciplinar - ligado ao corpo e exercido em instituições - com o biopoder que se aplicava à população congregando instituições das mais diversas: das religiosas às científicas - especialmente aos saberes fermentados na clínica e nas áreas “psi”, da escola às esferas jurídicas além da criação de uma série de subsídios e pecúnias (como seguro de vida, ajuda às instituições que abrigam idosos ou deficientes etc) para deixar morrer longe das vistas dos normais os anormais, os improdutivos, os feios, os deformados etc.

¹³As ordenações manuelinas foram um processo de atualização e correção das Ordenações Afonsinas, D. Manue, que assumiu o trono português em 1495, incumbido dessa tarefa Rui Boto, conselheiro régio desde 1491 e Chanceler-Mor do Reino desde 1505. As ordenações manuelinas passam a ser estendidas a todo o império português. “Ademais, a possibilidade de se imprimir e divulgar a obra e, ainda assim, a oportunidade de acrescentar a seus muitos feitos a memória das novas ordenações levaram D. Manuel I a encomendar a empresa a seus letrados [...]”. (AZEVEDO, 2000, p.23)

Na terceira parte do livro “*Vigiar e Punir*”, Foucault discorre sobre o poder disciplinar dos corpos, como técnica de docilização. O livro, dividido em 4 partes: dos suplícios; da punição, da disciplina e da prisão. Quero me ater à disciplina, em específico, ao capítulo que trata dos Corpos dóceis. A disciplina se faz necessária para realizar a sujeição de forças ao mesmo tempo em que, a este corpo, é imposta uma condição de docilidade. Criam - se, assim, formas gerais de dominação que dispensam o uso da violência física, mas criam-se rituais de obediência. O autor evoca a figura do soldado para mostrar os mecanismos disciplinares no séc. XVIII, que foram idealizados desde o séc. XVII.

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. (FOUCAULT, 1999, p. 117).

Exemplo desse distanciamento entre o soldado e a população é o quanto tem sido cada vez mais comum notícias sobre soldados, com portes orgulhosos demonstrando valentia, contra cidadãos que não apresentam qualquer elemento de periculosidade. Em 29 de abril de 2021, no portal UOL, há uma reportagem que conta sobre a abordagem a um jovem de 23 anos, vendedor ambulante nos trens da cidade e residente em uma comunidade na zona oeste de São Paulo. Ao sair de sua casa para esperar a entrega de um lanche, o jovem é abordado por um carro da Polícia Militar e só é encontrado horas depois com sinais de tortura e tiros no peito e na cabeça.

Há, então, uma política de coerção: aumento da aptidão, acentuação do domínio policial sobre os corpos; uma anatomia política em que corpos submissos, exercitados são corpos docilizados à força, ou exterminados. Tais estratégias se apresentam em colégios; escolas primárias, hospitais, organizações militares, instituições religiosas etc.

As escolas transmitem aos estudantes, desde os primeiros anos, os saberes das áreas biológicas além dos discursos morais considerados verdadeiros em uma época que, por sua vez, legitimam as práticas disciplinares. Assim, estudantes aprendem que a disciplina é benéfica para aumentar a atenção do cérebro, tanto como prática de quietude como de comprometimento em se concentrar no que lhe é ensinado, pois assim, adquiriria mais conhecimento e o devido controle de si, condições favoráveis ao sucesso na escola e na conquista de um emprego. Seria esse disciplinamento - pela introjeção dos saberes escolares e sua compreensão e, também, pelo controle de si - que faria de um menino um homem bem sucedido.

Ainda sobre Foucault, na aula de 17 de março de 1976, estabelece a noção de Biopoder, se refere ao soberano que tem a possibilidade de fazer viver ou deixar morrer. Coloca como imperativo a partir do século XIX, em que há uma estatização do biológico, é o controle sobre os corpos, no nível do adestramento que vai colocar o Estado como soberano sobre as decisões de viver ou morrer.

Por meio da temática do biopoder, Foucault percorre duas linhas de forças envolvidas na produção de subjetividades: De um lado, o poder totalizante, o qual cria aparatos estatais capazes de governar populações, levando a um processo crescente de massificação e burocratização da sociedade; de outro, complementar a esse poder, encontram-se as técnicas individualizantes, consistentes em saberes e práticas destinados a dirigirem os sujeitos de modo permanente e detalhado. O conceito de biopoder mostra-se relevante para a compreensão da sociedade atual, pois permite evidenciar a ação das duas linhas de forças, tendo em vista a importância assumida pelas ciências biomédicas e pela biotecnologia nas últimas décadas. Desde o período histórico retratado aqui, o qual se estende do século XVII ao início do século XX, os saberes e as técnicas de manipulação da vida conheceram um vertiginoso desenvolvimento. Desenvolvimento que requer instrumentos de análise aptos a elucidar seus riscos e benefícios. (FURTADO E CAMILO, 2016, p.41).

Entre os séculos XVIII e XIX, nova forma de regulamentação do Estado Moderno se verifica: os normais e anormais são classificados estatisticamente de acordo com critérios históricos relacionados a interesses econômicos, políticos e da busca de maior controle sobre a população que se organizou, após a queda do sistema feudal, em cidades.

Em relação ao que está fora dos 50% do espaço geométrico da curva de Gauss, o Estado moderno inaugura uma forma de governabilidade que investe no deixar que vivam os “anormais”. O que é definido como norma se articula a dois poderes - o disciplinar que atua sobre o sujeito nas instituições (família, escola, prisão, hospital, etc) e ao biopoder que tem como alvo manter a população livre do impacto negativo sobre a produtividade - financeira e emocional - inconvenientes como os sujeitos pobres, delinquentes, velhos, deficientes etc; através de uma rede de assistência para que fiquem fora dos olhos como se, aquele que olha, não tivesse consciência que poderá ter situação semelhante de exclusão social. Assim o velho acaba nas UTIs e já não mais sob os cuidados em casa - o que teria impacto negativo sobre os familiares produtivos e os aliviaria das funções filiais -, os deficientes incluídos em escolas com aprovação automática sem muitas possibilidades de competirem, em situações de igualdade, nos editais e cargos com melhor remuneração acabam participando do mercado de trabalho mas, em geral, de forma precária (o importante é que sejam produtivos); os negros - tributários de práticas racistas e higienistas, estão colocados em uma política de estado que visa a eliminação desses sujeitos. (SOUZA e GALLO, 2002).

A prática de controle dos corpos é exercida de forma mais contundente no corpo negro. Desde os lugares em que vivem (favelas e periferias) o maior contingente da população negra, até em um controle dos espaços em que se pode frequentar. O controle exercido em todas as esferas para que o “homem bom”, possa gozar de seus “direitos”.

Quando o exercício do poder passa do corpo individual institucionalizado (pela família, escola, igreja, prisão etc) e se amplia para a população em geral Foucault discute a emergência de um novo tipo de poder - o biopoder - que tem a norma como dobradiça - e toda norma é historicamente determinada: de tal modo que o que é normal e legítimo em uma época, pode não ser em outra. O Estado moderno se organiza e se regulamenta a partir da biopolítica que, tem como efeito, o racismo de Estado.

esse racismo se caracterizará pelo fato de que o tema da guerra histórica – com suas batalhas, suas invasões, suas pilhagens, suas vitórias e suas derrotas – será substituído pelo tema biológico, pós evolucionista, da luta pela vida. Não mais batalha no sentido guerreiro, mas *luta no sentido biológico*: diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas etc., assim, também, o tema da sociedade binária, dividida entre duas raças, dois grupos estrangeiros, pela língua, pelo direito etc., vai ser substituído pelo de uma sociedade que será, ao contrário, biologicamente monista (...). (FOUCAULT, 2000, p. 94 -95, grifo meu).

A função do Estado passa a ser - através de redes assistencialistas como asilos, manicômios, etc - o de protetor da “normalidade”, com ações enviesadas do que seria uma boa raça; do aumento de vida produtiva da população e ainda dos inválidos (doentes, deficientes, pobres negros etc) a fim de que possam viver sem atrapalhar os demais cidadãos - estes sim, cidadãos honrados, sendo estes incorporados à uma bússola do ideal burguês de existência. Deste modo, vale lembrar que a ideia de cidadania historicamente não é acessível a todas as categorias humanas.

Tais mecanismos, que apontam a função do Estado sobre o controle dos corpos, se apresentam mesmo diante de fatos que não haviam sido experienciados, Castro (2009), apresenta o conceito de Acontecimento para Foucault

[...]trata-se de uma categoria paradoxal, que coloca problemas "temíveis" e que foi "raramente levada em consideração pelos filósofos" (OD, 59). Em um primeiro momento, podem-se distinguir dois sentidos desse termo: o acontecimento como novidade ou diferença e o acontecimento como prática histórica. No primeiro sentido, Foucault fala de "acontecimento arqueológico"; no segundo, por exemplo, de "acontecimento discursivo". O primeiro quer dar conta da novidade histórica; o segundo, da regularidade histórica das práticas (objeto da descrição arqueológica). CASTRO, 2009, p.24.

Caso exemplar de acontecimento arqueológico, em que é necessário lidar com a novidade histórica, é o da pandemia de Covid-19, decorrente da Sars-Cov-2 e que aponta para o controle dos corpos em várias esferas. A prisão domiciliar auto-imputada, as diversas quarentenas e suas subcategorias múltiplas; A mudança das formas de trabalho, em que as pessoas precisam se adaptar de forma abrupta, à condição do trabalho em casa, quando se houve a possibilidade de manter o emprego, ou do trabalho na condição da incerteza do retorno para casa com plena saúde. As alterações nas formas de se lidar com o outro em que além das barreiras geográficas, também se impõem barreiras físicas, uso constante de máscaras e álcool gel.

Tal realidade se coloca frente a condição da morte e da vida e que acomete *diretamente as camadas mais desfavorecidas da sociedade* pois em todo o mundo em algum momento houve a discussão sobre quem deveria sobreviver e quem deveria morrer - em especial nos casos em que houve limitação de UTIs ou de aparelhos de ventilação pulmonar. Médicos reconheciam que, nesses casos, tinham que escolher quem teria maiores condições de se manter vivo. Outro questionamento advindo do momento dizia respeito ao uso adequado das barreiras mecânicas e físicas para a contenção do vírus, ou seja, uso da máscara por todos os indivíduos e o isolamento social. Todas essas questões apontam para o (des)controle do atual presidente que, paradoxalmente, desde o início da pandemia, desconsiderou a gravidade que vírus representava ao estimular o não uso de máscaras por se tratar de uma “gripezinha”, segundo ele; assim, o governo se divide e essa divisão pode ser demonstrada pelo número de ministros da saúde desde o início da gestão do presidente. Nesse caso, temos uma anomalia no estado democrático onde cada ministério ou setor de governo do Estado tem que se render aos princípios de governamentalidade de uma pessoa: a do presidente. A instabilidade econômica e o aumento do desemprego, comuns em pandemia, tomam no Brasil um novo contorno; o do controle militar, como em outros países ditatoriais.

Roubicek (2020), mostrou que um dos setores econômicos mais prejudicados durante a pandemia foi o de trabalhadores informais, sendo ainda mais agudo com pessoas de baixa renda, que é composta, como vimos, em sua maioria, por pessoas negras.

4. Colorismo e Eugenia: uma breve discussão.

Discussões recentes em outros países da América do Sul têm realizado questionamentos sobre o contingente de africanos que, sequestrados, realizaram a Travessia do Atlântico, e hoje, seus descendentes, não fazem mais parte das populações locais. Exemplo disso é o ocorrido com essa população na Argentina. Em publicação de 2016 do portal Geledés, assinada pelo Black Pages Brazil, em 1780, a população negra na Argentina correspondia a 50% da população.

Do mesmo jeito do Brasil, a Argentina passou pelo mesmo processo de escravidão. O país foi povoado por negros oriundos do continente africano, tanto que, nos meados de 1780 a sua participação chegou a ser de 50% da população e agora 2012 em menos de 200 anos não chega a 3%.

[...]

No entanto, uma situação no mínimo interessante intriga muitas pessoas: o país, que foi colônia de exploração espanhola até o final da década de 1810, tinha uma população negra de escravos bastante densa. Entretanto, atualmente, menos de 4% dos argentinos de hoje são afrodescendentes. No interior do país essa margem vai a guerra do Paraguai e outros sinistros, o governo criou diversos batalhões no exército nacional

constituídos aumentando, passando para 7% e até 21%, dependendo da cidade. O que será que aconteceu a esses escravos do Prata?

Dentre os motivos citados, o grupo *Black Pages do Brazil* menciona:

Com os grandes embates nas Guerras da Independência, na Gárgapenas de negros na fase produtiva e de reprodução, com promessas de melhores dias para este povo, estes batalhões não recebiam as mesmas instruções ou treinamentos, partiam para o fronte e eram dizimados aos borbotões.

A propósito destas condutas e correndo pela tangente existem informações , que muitos negros eram colocados em navios com promessas de bons destinos e nunca se soube dos seus paradeiros, não se sabe se eram jogados ao mar, se os destinos eram as ilhas Malvinas ou se eram negociados nas costas brasileiras devido a proximidade e a não necessidade de viajarem em alto mar. Como justificativa existe também a explicação da saga, da valentia , da agressividade e perversidade do povo da Espanha para com os negros e os índios , os espanhóis não perdoavam para conquistar espaços , eles escravizavam, consumiam e depois matavam os subordinados.

Somente em 2006 que o governo argentino decidiu fazer um censo-piloto sobre esta questão. Foram selecionados alguns bairros periféricos de algumas cidades importantes do país. Mais de 5% dos entrevistados sabiam que tinham antepassados africanos. Outros 20% consideravam que poderiam ter, mas não havia certeza.

Lobato, eugenista brasileiro de grande respeitabilidade como escritor de contos infantis, em relação aos negros toma um posicionamento muito mais radical que seu amigo

Renato Kehl (1889- 1974), farmacêutico, médico e escritor. Para Kehl, a saída para o clareamento da raça seriam os acasalamientos entre brancos e negros, embora contrário a esta ideia, (seria um recurso); todavia, a estratégia mais inteligente poderia ser realizada na escola, dentro dos princípios da educação eugênica para que as crianças, desde cedo, se conscientizassem de que faria um bem para a pátria evitando casamentos inter-raciais ou com pessoas com qualquer deformidade.

Segundo Kehl (1923), seria necessário muito sêmen branco para se conseguir o branqueamento completo da raça negra e no final seria infrutífero, pois a raça superior (segundo ele, a branca) seria subjugada pelos traços inferiores da raça negra, no que se refere, principalmente, à inferioridade intelectual. “Sob o ponto de vista eugenico contra-indico toda e qualquer união de raça, isto é, entre individuos da raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarella e assim por diante” (KEHL, 1923, p. 179 apud SOUZA, PATRIOTA-SILVA, SILVA, 2020, p.221).

Como efeito decorrente de mestiçagem sucessiva entre negros e brancos um outro conceito - o colorismo - é criado por Alice Walker (1982), escritora, poetisa e ativista feminista. Dentre as obras de Walker está o livro “A cor púrpura” que foi adaptado para o cinema com o mesmo título pelo diretor Steven Spielberg em 1985, além de ganhar o prêmio Pulitzer pela mesma obra.

O colorismo é um conceito bem complexo quando é discutido entre os ativistas negros. Negros e negras que têm a pele mais claras acabam sendo classificados em categorias conforme se distanciam da cor negra ou de características fenotípicas (não ter nariz largo e/ou ter cabelos pouco crespos e/ou ter olhos azuis ou verdes e/ou ter lábios mais finos etc). Um negro, autodeclarando-se negro, tendo características fenotípicas mais próximas do genitor branco, acaba por sofrer discriminação dentro do próprio movimento negro que acaba por enxergá-lo como não negro.

Nesse sentido, jovens e adultos mestiços - em seus distintos tons de negro - acabam por não serem considerados negros em várias discussões virtuais, onde negros “típicos” não lhes atribuem legitimidade de fala por considerá-los mais brancos do que negros e, portanto, terem direitos e melhores condições de ascensão social do que aqueles de pele e fenótipo mais “característicos” da raça negra. Entramos, portanto, nas discussões relativas ao colorismo.

Colorismo significa, de maneira simplificada, que as discriminações dependem também do tom da pele, da pigmentação de uma pessoa. Mesmo entre pessoas negras ou afrodescendentes, há diferenças no tratamento, vivências e oportunidades,

a depender do quão escura é sua pele. Cabelo crespo, formato do nariz, da boca e outras características fenotípicas também podem determinar como as pessoas negras são lidas socialmente. Pessoas mais claras, de cabelo mais liso, traços mais finos podem passar mais facilmente por pessoas brancas e isso as tornaria mais toleradas em determinados ambientes ou situações. (SANTANA, 2018, s/p).

Cruz e Martins (2018), apontam para o modo como o colorismo, também chamado de pigmentocracia, já que há a determinação de privilégios políticos, sociais e econômicos, de acordo com a cor da pele, cria separação e diferenciação dentro do próprio movimento negro. As autoras mostram que em uma sociedade em que haja maiores oportunidades para pessoas negras, independente da cor da pele, mais ou menos retinta, talvez faça sentido ampliar a discussão pertinente a população negra, no entanto, apresentam o discurso da vlogueira Sá Ollebar para mostrar como tal discurso se dá no Brasil. Em trecho transcrito de vídeo de página no *youtube*, a vlogueira aponta que há uma separação em função de tal discurso e que muitas vezes pessoas negras são tachadas de *afroconvenientes*, só se assumem negras quando convém, ou ainda *afrobejes*, que segue quase que a mesma lógica, mas que se ainda mais perverso por colocar o negro de pele clara em uma condição de não pertencimento a qualquer etnia. Tanto o termo *afroconveniente*, quanto *afrobeje* ganharam força nas redes sociais em grupos de discussão sobre negritude.

No decorrer de nosso artigo (SOUZA, PATRIOTA-SILVA, SILVA, 2020), levantamos a hipótese, não escrita no trabalho, de que há negros que se identificam com o agressor na esperança de serem mais amados ou integrados ao mundo branco das classes média ou alta. Para Laplanche & Pontalis (1985)

este mecanismo é um: “Mecanismo de defesa isolado e descrito por Anna Freud (1936): o indivíduo confrontado por um perigo exterior (representado por uma crítica emanada de uma autoridade), identifica -se com o seu agressor, ou assumindo por sua própria conta a agressão enquanto tal, ou imitando física e moralmente a pessoa do agressor, ou adotando certos símbolos de poder que o designam. Segundo Anna Freud, este mecanismo seria predominante na construção da fase preliminar do superego, pois a agressão mantém-se então dirigida para o exterior e não se voltou ainda contra o indivíduo sob a forma de autocrítica.” No seguimento da abordagem originária de Ferenczi (1932) e numa perspectiva diferente, Anna Freud (1936) localiza o mecanismo de defesa “identificação com o agressor” em vários contextos (agressão física, crítica, etc.), referindo que existe uma relação agressiva entre a vítima e o agressor. Numa primeira fase verifica-se uma inversão da mesma, ou seja, o agredido transforma-se em agressor: a vítima introjecta o agressor e projecta para o exterior os sentimentos de culpa e de amargura, resultantes da agressão. (RODRIGUES, 2009).

Em nossos tempos, um bom exemplo da identificação com o agressor é o de uma criança negra americana, muito pobre, abusada física e psicologicamente pelo pai, tornar-se cantor famoso e milionário em meio a empresários de gravadoras, boa parte dirigida por

brancos, adquire vitiligo - sintoma como significante da realização de um desejo? - antes ou durante o processo de branquear-se, identificando-se, assim de forma inconsciente, mais com seus fãs e patrocinadores brancos. Michael Joseph Jackson (1958-2009), um dia é encontrado morto supostamente por overdose, de acordo com o seu médico. Situações parecidas se encontram entre jogadores de futebol, cantores e cantoras negras cada vez mais brancos. Incentivados por seus agentes e pelo desejo de serem mais amados por seus públicos, branqueiam-se tentando mascarar sua negritude. A tendência desses sujeitos é afastarem-se dos negros e estabelecerem relações de trabalho e sociais entre e com brancos, embora tal fenômeno seja observado com maior frequência em artistas cujos países ainda não se fortaleceram nas discussões de pautas étnico raciais, como por exemplo no Brasil em que muitos artistas e esportistas não reconhecem a sua negritude e, portanto, a discriminação racial proveniente em decorrência de sua cor.

4.1 Dois meninos negros e dois processos de educação distintos - o menino 23 e o menino 2 (dois): o efeito real das ações do Estado na vida dos “jovens desvalidos.”

Baseado na tese de Aguilar (2011), o documentário intitulado: “O menino 23- Infâncias Perdidas no Brasil”, (2016), apresenta um panorama das relações de Estado e a institucionalização de crianças e adolescentes pobres, especialmente negros, nas décadas de 1930 a 1940.

Seu interesse pelo tema foi deflagrado em 1998, quando em uma de suas aulas sobre a ascensão do nazismo, uma aluna fala de uma propriedade de sua família em que poderiam ser encontrados vários tijolos com a suástica nazista.

A propriedade em questão era a fazenda Cruzeiro do Sul, na cidade de Campina do Monte Alegre, interior de São Paulo; e de propriedade da família Rocha Miranda .A família era adepta do movimento integralista¹⁴ e teve influência sobre as políticas de assistência da

¹⁴ “A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos.[...]. A Ação Integralista nasceu numa fase de ascensão das idéias autoritárias de direita, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, radicalizando em direção do discurso ideológico fascista as tendências antiliberais difundidas entre amplos setores políticos e intelectuais no contexto pós-revolucionário.” **Integralismo**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas sem ano de publicação. Verbetes: Integralismo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>>. Acesso em 23/3/2020.

Era Vargas. A fazenda era fruto da herança destinada aos quatro filhos do segundo casamento de Luiz Nogueira da Rocha Miranda, filho do Barão de Bananal (Luís da Rocha Miranda Sobrinho), fazendeiro e escravocrata, influente desde a época do império. Adquirida em 1916, a propriedade foi administrada pelo filho de Luiz e neto do Barão, Sérgio da Rocha Miranda. Alguns dos herdeiros, dentre eles Renato da Rocha Miranda, acabou por se envolver com regimes totalitaristas, mesmo que de forma indireta. Ao que consta Renato Rocha Miranda, mantinha negócios com empresas alemãs, mas em especial com Alfried Krupp (1907-1967), herdeiro da família Krupp, que era dona de uma empresa siderúrgica alemã, referência da produção bélica. Alfried foi ministro da economia do 3ª Reich¹⁵, adquire da família Rocha Miranda uma fazenda para a qual manda sua ex-mulher e seu único herdeiro, Arndt von Bohlen und Halbach (1938-1986). Sérgio da Rocha Miranda, administrador e neto do Barão de Bananal, com Albertina Fonseca Guimarães.

Sérgio Rocha Miranda adquiriu a tutela de 50 crianças do sexo masculino entre 9 e 12 anos no **Educandário Romão de Mattos Duarte**, na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda era capital do Brasil, supostamente para tirá-las da linha da pobreza e livrá-las da morte prematura, já que era alta a mortalidade no Educandário. As crianças foram recrutadas/tuteladas entre os anos de 1932 a 1941.

A seleção para a escolha dessas crianças foi a seguinte: o fazendeiro lançou para cima um saco de balas, provavelmente em um pátio, as crianças que conseguiam pegá-las, segundo os critérios de Rocha Miranda, demonstrariam força e agilidade. Essas eram apontadas por ele ao motorista que as conduziria até a fazenda. Foram selecionados 2 meninos brancos e 48 negros ao todo. Os selecionados não eram tratados por seus nomes, mas pelo número de sua ordem de chegada à fazenda: assim havia meninos numerados de 1 a 50.

Quando chegavam à fazenda, no primeiro ano foram bem alimentados e frequentaram a escola que havia na região: **Núcleo Escolar Fazenda Santa Albertina**. Levantavam às 5 horas da manhã e após um rápido café da manhã, às 6 horas deviam pegar seus instrumentos de trabalho para capinar, cuidar da terra para o plantio ou animais. Às 10

¹⁵ “Reich significa rei. O primeiro Reich alemão foi o Rei Oto 1º, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, cuja linhagem foi de 962 d.C. até 1806. O segundo foi Bismarck, que no século 19 reuniu todos os povos germânicos em torno da Prússia formando a Alemanha. Por fim, o terceiro Reich, talvez o mais conhecido, tenha sido Adolf Hitler, que afirmava que no caso de sua vitória o seu reinado duraria mil anos, e por isso acabou ganhando a alcunha de “o Reich dos mil anos”, numa grande utopia.” SANTOS et al, 2016, p. 37.

horas lhes era servido o almoço após o qual ficavam confinados até às 13 horas quando iam à escola da fazenda onde ficavam até às 16 horas. Depois se preparavam para novo turno de trabalho - das 16 horas até às 17 horas - para acompanhar o ritmo dos trabalhadores adultos. Passado esse ano, foram colocados para trabalharem, exclusivamente, nas plantações e nos cuidados de animais, sem que recebessem qualquer pagamento por isso. Esses meninos eram expostos a uma situação muito cruel: eram obrigados a participarem de uma banda, criada pelos Rocha Miranda, que se apresentava nos eventos dos integralistas que houvesse na região.

O chamado menino 2 do **Educandário** costumava cumprir ordens de serviço dadas pela mãe em função de sua vivacidade e comunicabilidade, mas em determinado dia, se negou a colocar uma carta para ser postada aos correios e a sua punição foi ser colocado na lista dos meninos que iriam para a fazenda Cruzeiro do Sul. Na fazenda, a senhora Maria da Glória, esposa de Renato Rocha Miranda, percebendo que o garoto denominado 2 (dois) não tinha o perfil dos demais meninos - assemelhando-se mais a um menino de entrega de recados e mais delicado em relação aos seus pares - o escolhe para ser levado ao Rio de Janeiro para desenvolver habilidades domésticas e de cuidados com as crianças da família. Assim, quando fica um pouco mais velho e quando “Renatinho” Rocha Miranda vai morar na fazenda, o menino 2 é designado para lhe fazer companhia, já que ambos tinham idades próximas e o herdeiro da família estava em constante briga com seu pai, que morava na cidade do Rio de Janeiro em função do alcoolismo. Renatinho Rocha Miranda e Dois cresceram juntos, frequentavam os mesmos lugares e eram *como se fossem* irmãos.

Casado, Dois teve um casal de filhos para os quais não destinava nenhuma admiração paterna, por conta da cor da pele - o menino dois entre brancos talvez não tivesse outra imagem especular que a do branco. Os seus filhos trabalharam e se mantiveram enquanto o pai, negro da casa¹⁶, julgava que seria herdeiro de parte da fazenda, tendo em vista que se sentia, e era feito sentir-se, como parte dos Rocha Miranda, tanto que deu a sua filha o nome

¹⁶ A expressão “negro da casa” passa a ser utilizada a partir do discurso de Malcolm X, líder norte americano na luta pelos direitos civis dos afro americanos no Estados Unidos da América. Discurso proferido em 10 de novembro de 1963, na igreja Batista Rei Salomão, em decorrência da Northern Negro Grassroots Leadership, em que coloca que o negro da casa é o que, tendo a experiência da escravidão e da vida dos negros pós escravidão. “O escravo da casa (ou “negro da casa”) era a representação da assimilação e integração: este acreditava que era beneficiado pelo sistema, pois comia melhor, se vestia melhor e vivia debaixo do teto da casa grande. Portanto, como estipula Malcolm X, ele defendia o Senhor e sua família. O ponto central da narrativa de Malcolm X é que esse escravo trataria do Senhor como Nós, ou seja, havia uma projeção de pertença e identidade em relação ao opressor.” CUSTÓDIO, Túlio Augusto. Por que não deveríamos usar o “Negro da Casa”. 2018, Alma Preta. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/por-que-nao-deveriamos-usar-o-negro-da-casa>> Acesso em: 07 de abril de 2020

da mãe de Renatinho Rocha Miranda, Maria da Glória. Renatinho Rocha Miranda passou um tempo nos Estados Unidos para ser treinado para ir à guerra, o que não acontece, e retorna para a fazenda. Ao retornar ao Brasil, de 1943 a 1944, assume os negócios da família na região. Uma das medidas de Renato foi dispersar os meninos negros, dado que, como parte de grupo integralista, mantê-los poderia explicitar sua aderência política ao nacionalismo e integralismo racial. Nesse contexto, parte dos “meninos”, agora jovens adultos, fogem ou, paulatinamente, abandonam a fazenda. Permanece o menino/homem 2 em sua já experimentada função de mordomo.

Embora a Ação Integralista Brasileira, fundada pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, tenha pautado as suas ações em uma reivindicação do povo brasileiro como integrante de várias etnias, no sul do Brasil, ganha simpatia dos descendentes de alemães que percebem alguma semelhança com o movimento Nazista. Desta forma, o Nacionalismo alemão, que vinha ganhando espaço em função da política Vargasista, se associa ao Integralismo como recurso de sobrevivência, uma vez que os descendentes alemães passam a ser discriminados, com maior ou menor de raiva, por brasileiros (lembrar que o Brasil participou da segunda guerra alinhando-se aos Estados Unidos e países europeus dominados).

A figura central no integralismo é a de Plínio Salgado, que participou da Semana de Arte Moderna em 1922 e incorporou muito dos pensamentos daquela década na formulação de suas próprias idéias. A participação de Salgado na Semana de Arte Moderna foi modesta, todavia foi de grande importância para ele, pois reforçou algumas de suas idéias. Plínio Salgado fez parte do movimento cultural decorrente da Semana de Arte Moderna que ficou conhecido como Grupo Anta, que tinha por característica o ufanismo e a exaltação do país. Também faziam parte desse grupo Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, o grupo tinha o nome de Anta, pois havia escolhido o animal homônimo como seu símbolo, que para eles tinha uma função mística na cultura tupi. Esse grupo tinha uma orientação política claramente de direita. (PEROSA JUNIOR, 2011, p. 44).

Ao “liberar” os meninos da fazenda, após a segunda guerra, com a derrota da Alemanha, a vida dos meninos toma rumos distintos. O menino 23, permanece na cidade de Campina do Monte Alegre e, ali, constituiu família e estabeleceu moradia. O menino 2 continua servindo a família, até que chega a falecer antes dos 50 anos, vítima de complicações decorrentes do uso crônico de álcool. Os Rocha Miranda, com a aproximação de Getúlio Vargas com os EUA, acabam por serem ameaçados de prisão e, assim, Renato e Osvaldo, fogem da região e vão para o Mato Grosso.

Se aproximarmos a situação do garoto 2 com a de Samuel L. Jackson, do filme *Django Livre* (Tarantino, 2013), vemos efeitos parecidos de um processo educativo que faz um negro supor que faz parte da casa grande, quando mantém-se um negro, apenas um negro de uma casa de brancos que nunca será sua. De fato, no filme dirigido por Tarantino:

o destaque fica para Samuel L. Jackson, interpretando Stephen, um fiel escravo idoso, o típico *house negro* (aquele que morava com os patrões na “Casa Grande” e se identificava completamente com os senhores brancos) tão criticado por Malcolm X. Só que, neste caso, um “Uncle Tom” que age como um *bosse anglo-saxão*, que dá ordens e despreza seus irmãos cativos. Assim, dá -se a entender que a figura poderosa “por trás da escravidão”, dando suporte a ela e que queria sua continuidade, *é, na verdade, um negro (e não o establishment político-econômico dominado pelos escravocratas sulistas)*! (SANTOS, 2018, s/p).

Mesmo com a fuga dos Rocha Miranda da fazenda, o garoto número dois, ainda se manteve fiel àqueles que supunha ser a sua família. O mecanismo de não reconhecer o opressor, se torna perverso a tal ponto, que nem aqueles que passam pela situação conseguem perceber os mecanismos nos quais estão enredados, pois a viúva do negro número dois, no documentário *Menino 23*, ao perceber a crítica de sua filha ao modo como seu pai era tratado, faz a defesa de Renato Rocha Miranda Filho, alegando que o mesmo lhes dava comida e roupas, quando solicitado, agindo como um “pai” que atende às solicitações de seus filhos.

5. História de quatro gerações e cinco mulheres negras

não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc (FOUCAULT, 2000, p.306, grifo meu).

5.1 Minha bisavó.... Primeira geração

Trago minhas memórias e escutas de modo a expressar minha principal forma de conhecimento da população negra, de minhas ancestralidades à tradição oral, das conversas que remontam a um tempo do qual não ainda existia, mas que compõem a minha própria história.

Minha bisavó, Maria Edwiges, faleceu na mesma década em que nasci, no ano de 1985. Embora eu tivesse apenas três anos à época, tenho em minha memória como ela era, sua docilidade para com os bisnetos, presença constante na vida da neta, neste caso minha mãe Aldaísa Pinto da Silva. Duas vidas que atravessam, mesmo que breve, o mesmo espaço temporal. Minha bisavó nascida seis anos após a abolição da escravatura que ainda encontrava os resquícios, que até hoje não cessaram e se tornam cada vez mais perversos, de mais de 300 anos de tráfico de africanos para trabalho escravo.

Mulher negra que teve oito filhos, que não sabia ler ou escrever, mas que mesmo assim conseguiu, com seu trabalho, adquirir um lote de terra na Zona Leste de São Paulo, onde construiu sua casa. Porém, tal condição não era suficiente para, quando do falecimento de minha avó, minha bisavó conseguir cuidar dos cinco netos que ficaram.

Assim considerado, para uma avó preta e pobre, a melhor alternativa para educação de seus netos só poderia advir da “ajuda” do Estado com o internamento dos irmãos mais velhos de minha mãe. Minha mãe não pôde ser internada pois estava abaixo da idade mínima (tinha 1 ano) para poder fazer parte da assimilação institucional de internatos. Cada um de seus netos fora matriculado em internatos distintos, portanto, foi rompida a relação afetiva e fraterna que poderia dar um pouco de alívio afetivo a eles.

Quatro dos seus cinco netos, então, vão para colégios internos/internatos já que havia essa facilidade na época, pois o governo incentivava que famílias pobres assim o fizessem. É importante, no entanto, lembrarmos da política estatal da época, como citado por Perez e Passone, oferecendo como opção a institucionalização de crianças e jovens cujos pais não tivessem condições de arcar com os custos de seus filhos ou cuja função de maternidade não

fosse ocupada pela mãe, o Estado se ocuparia de encontrar uma “solução” para esse dilema social.

A foto abaixo retrata minha mãe e meus tios maternos: da esquerda para a direita estão minha mãe, Aldaísa; meu tio mais velho, Rubens, falecido há pouco mais de um ano; o do meio, chamado Rafael; minha tia Ivone e meu tio José Roberto, falecido durante a pandemia de Covid-19.



5.2 Minha avó materna: segunda geração

De minha avó só me foi possível saber poucas coisas, visto que as histórias sobre minha família foram repassadas oralmente pela minha mãe e quando do falecimento desta, minha mãe contava com pouco mais de um ano de idade.

Deste modo, de minha avó sei que nunca teve um casamento bom com meu avô; que casou-se muito nova e que quando vivia com minha avó, de nome Isaura Edwirges, meu avô mantinha outra família. Essa situação teria levado minha avó, aos poucos, “morrer de

desgosto”, como se dizia na época. A primeira memória de minha mãe é de minha avó saindo de ambulância, sem jamais retornar. Falecida aos 28 anos, já com cinco filhos e um marido que não a respeitava.

5.3 Minha mãe: terceira geração

Minha mãe, Aldaisa, dona de casa, nascida na cidade de São Paulo, - mesma região em que passei quase que toda a minha vida - era a filha mais nova de uma prole de cinco filhos. Em conversa comigo contou que sua primeira lembrança remonta ao seu primeiro ano de vida: quando viu sua mãe (minha avó) sair de casa dentro de uma ambulância para nunca mais voltar. Mesmo sabendo que minha avó não poderia engravidar por conta de um sério problema cardíaco, isso aconteceu: minha mãe nasceu. Todavia, conforme o médico havia alertado, minha avó teve um ataque cardíaco e faleceu um ano depois do nascimento de minha mãe. Naquele tempo as mulheres, de qualquer cor, eram, via de regra, muito submissas aos maridos, além de serem extremamente vigiadas ou controladas por estes; além disso seus corpos pertenciam ao marido, herança das doutrinas e religiosidades judaicas-cristãs. Não havia como se valer de contraceptivos se o marido não autorizasse ou concordasse.

Meu avô, quando minha avó faleceu aos 28 anos de idade, já tinha outra família estando, pois, em situação de bigamia, mas residindo com minha avó. Quando minha avó morreu, meu avô, estava fora de casa. Quando soube da morte da esposa, não expressou qualquer sentimento; saiu de casa e foi morar com sua outra mulher. Qual foi o destino de Aldaisa, minha mãe, e de seus irmãos? Minha mãe foi tutelada pela minha bisavó materna, mas, ela não tinha condições de assumir todas as crianças pois já era viúva. Por isto, atribuiu ao Estado a responsabilidade de educar meus tios: foram internados em orfanatos distintos conforme já mencionado.

Aos 17 anos minha mãe já estava casada, o pouco contato que tinha com seu pai foi suficiente para que a autorizasse, legalmente, a contrair o matrimônio. Meu pai viajava muito a trabalho e uma vez por ano voltava para casa e engravidava minha mãe. Fui a nona filha de uma prole de 12 crianças. Nossa casa foi erguida no terreno de meu avô paterno que nos mantinha, com alguma ajuda financeira, nas ausências de meu pai.

Minha mãe trabalhou em algumas casas de família. A primeira vez que serviu como doméstica foi aos 12 anos, quando seu pai a deu como serviçal a um casal para o qual tinha que trabalhar em troca de comida e moradia. Viveu nessa casa por quase um ano, quando

retornou para a casa de minha bisavó. Tal situação se deu em função da suposição de minha mãe da pobreza em que vivia em relação às histórias que meu avô contava quando ia visitar minha bisavó. Mentindo para ambas, afirmava que morava no Palácio do Governo. Minha mãe se encantou e quis ir morar com ele. Minha mãe foi levada, pelo avô, para morar com ele. Quando chegaram na tal casa, se deu conta que em nada correspondia a um palácio, sendo muito pobre em cuidados e em mobília. Minha mãe além de decepcionada com a casa teve que lidar com os efeitos da mentira de meu avô sobre ela.

Após o casamento com meu pai, minha mãe teve um filho após o outro, repetindo a história de minha avó, com uma diferença de quase 20 anos entre o mais velho e a filha mais nova. As experiências advindas de conflitos familiares, já que minha mãe foi morar com meu pai em um terreno onde moravam meu avô paterno e meus tios, que viviam dizendo que ali não era o lugar de minha mãe. Com o passar dos anos essas falas foram se desfazendo, pois cada um dos meus tios paternos seguiram seus caminhos.



Bodas de ouro de meus pais: na foto 9 de meus 11 irmãos: duas irmãs não estavam presentes no momento desse registro fotográfico, embora estivessem ocupadas em outros espaços.

5.4 Cristiane é o meu nome

Eu, Cristiane, mulher, negra, psicóloga considero indispensável rever minha história de modo especular em relação às histórias de outras mulheres negras, ressalta-se que embora haja neste momento uma história que fala de parte de minha trajetória, esta não se faz de

dores e subalternidade, mas de ocupar espaços e rever as relações de modo a compreender que enquanto mulher negra existe possibilidade de ressignificação.

Nascida na periferia de São Paulo, - mais especificamente na Zona Leste da cidade-, como já colocado, nona de uma família de 12 filhos, cujos pais estudaram até a quarta série do ensino primário e, talvez por isso, entenderam que somente pela educação poderia haver transformação da vida de seus filhos.

Nona filha de uma prole de doze, tenho como uma de minhas primeiras lembranças o nascimento de minha irmã Elaine, cinco anos mais nova, nascida no mesmo dia do meu aniversário e a penúltima dos irmãos. No seu nascimento perco o status de menina mais nova da família, talvez, ali eu tenha, de fato, nascido para a compreensão da minha existência. Não disponho de muitas lembranças dos períodos de ausência de meu pai, pois trabalhava na região sul e em outras cidades de São Paulo, deslocando-se conforme era designado pela empreiteira para a qual trabalhava. Portanto, raramente estava conosco em casa. Depois de mais ou menos 10 anos de trabalho na construção civil, conseguiu fixar residência na zona leste de São Paulo.

Minha memória foi construída também por narrativas familiares: eu ouvia as histórias que minha mãe contava anteriores a meu nascimento. Por exemplo, segundo ela, meu pai teria outra família no sul, conforme supunha e dizia meu avô paterno; segundo ele, a esposa sulista era branca e mais bonita que minha mãe, que era negra. A posição de meu avô revela o que já fora afirmado anteriormente, ou seja, meu avô identificava o branco como o mais belo que o negro, fruto das representações do negro no currículo escolar (até hoje) e da introjeção psíquica dessas representações como parte de si. Todavia, nunca essa situação foi comprovada pelos demais membros de minha família, minha mãe silenciou-se e se manteve casada com ele: no momento desse memorial, ano de 2020, estão celebrando 52 anos de casamento. Assim a marca do racismo introjetado, além do machismo que franqueava aos homens ocultar das mulheres detalhes íntimos de sua vida fora de casa. Essa dinâmica constitui o funcionamento de minha família.

Quanto a mim, como tantas outras mulheres negras e/ou da periferia paulistana, não deixei de ter sobre mim o fardo do trabalho doméstico. Como tantas outras meninas, trabalhei como babá de crianças do bairro no contraturno escolar; às vezes, sem receber o que era combinado, já que a família, cujos pais das crianças empregava o meu trabalho, por vezes não diferia, economicamente, das condições financeiras da minha própria família.

Relembrando o lugar do qual pertenço, de uma ancestralidade marcada pelo desejo de controle masculino e no abandono dos homens é que ouço o reverberar dos falares de

mulheres negras na contemporaneidade. É no corpo marcado por múltiplas gestações, sem nenhum planejamento familiar a não ser o desejo de posse do macho sobre o corpo da fêmea; como tal, a esposa desaparece simbolicamente, transforma-se um objeto de gozo, sem poder experimentar o que uma maternagem e acolhida de um marido que se colocasse nessa posição de fato. No entanto, como esperado de um marido à época, meu pai e avô paterno cumpriam a função de nos prover de comida, teto, seguro de vida. Embora meu avô não parecia gostar de minha mãe, como neta tenho boas lembranças dele. Como morávamos no mesmo quintal, ia tomar com ele o café que ele preparava, momentos em que estava presente brincando e distraindo os netos. Ele faleceu quando eu tinha por volta de meus 5 ou 6 anos.

Minha mãe sempre me dizia que a perspectiva da vida dela era ser mãe, posto que ela mesma não teve alguém que ocupasse esse lugar quando de sua condição infante. Talvez como forma de reparação de sua própria falta, desejasse ter muitos filhos e materná-los.

Minha história foi se alinhavando... com as condições de morte de minha avó, das doze gestações de minha mãe, e das vozes que necessitavam acordar cedo para atender distintas jornadas de trabalho; destas que são impelidas a dar conta de suas famílias; e além de suas próprias, dar conta ainda de outras famílias como empregadas domésticas servindo da cozinha do patrão à limpeza de banheiros de empresas administradas, em geral, por homens brancos.

Essa compreensão me fez enxergar o mundo, ver para além dos meus olhos infantis. Neste momento não consigo precisar se os fatos posteriores se deram antes ou depois do nascimento de minha irmã, mas me recordo de um dia estar sentada na cozinha de casa e, meu tio já falecido, me dava o café da manhã, ainda era uma criança pequena, devia ter por volta de 5 a 6 anos, meu tio se deu conta de que eu estava desfalecendo. Minha mãe e meu tio me levaram até o posto de Saúde que fica a, aproximadamente, 300 metros da casa, onde ainda hoje residem meus pais. Desde este dia passei a ter desmaios com certa frequência, o que deu início a um tratamento no Hospital infantil Cândido Fontoura na zona leste de São Paulo, onde realizei exames de sangue, tomografia de contraste na cabeça, já que também tinha constantes dores de cabeça, mas não se chegou a um diagnóstico, de fato. Havia uma suspeita de epilepsia, embora não confirmado nas tomografias e nos eletroencefalogramas mas, mesmo assim, tive que tomar por anos a medicação Gardenal, que parei por conta própria aos 12 anos de idade, por convicções religiosas. Por essa época, de retorno ao hospital, a médica que me atendeu sugeriu que minhas tonturas poderiam ser hipoglicemia, em outros termos, meu corpo precisava de uma quantidade maior de alimento. Todavia, eu não sentia fome; havia comida em casa.

Neste período da infância, antes dos 12 anos, meu irmão, Maurici, também fazia tratamento no mesmo hospital, ele, três anos mais novo que eu, fazia tratamento para um problema de pele, algo como uma dermatite tópica no corpo todo que levou anos para ser curada. Foi, provavelmente, em um desses momentos de ida ao médico em que, na década dos anos 1990, em função das coceiras causadas pela dermatite, minha mãe resolveu raspar o cabelo do meu irmão.

Na época, homens de cabelo raspado eram considerados de má índole. Pegamos o ônibus e observei que, quando meu irmão se aproximou de uma mulher que estava sentada em um banco próximo ao corredor, imediatamente, aquela mulher branca, puxou a bolsa, como se meu irmão fosse roubá-la; o gesto foi tão violento, que me recordo de essa ser a primeira vez que percebi o que era o racismo. Meu irmão tinha menos de dez anos, nem sei se ele se recorda do fato, mas sei que naquele momento, ela com seu olhar disciplinador, classificou meu irmão na série dos sujeitos anormais (um sujeito a corrigir), que produzem ou podem produzir riscos à vida.

Ainda na infância, e agora consigo elaborar isso, no período escolar, nos primeiros anos do ensino fundamental, tinha uma professora que constantemente me agredia, com os dedos fechados, aplicava golpes em minha cabeça, quando não usava a régua como instrumento de castigo, não me recordo de ela fazer isso com outros colegas, mas, olhando em retrospectiva, parece que ela me elegeu como “instrumento” para descarga de suas frustrações, mesmo eu sendo uma aluna dedicada. Isso me fez ter bloqueios que levou anos para eu poder elaborar, dentre eles, a vergonha de me expor em sala de aula, de falar sobre as minhas ideias. Mais uma vez, uma morte simbólica me é mostrada, ainda na infância. Que embora eu tivesse capacidade, não poderia mostrar, não deveria estar em evidência.

Ainda na escola, senti alguns efeitos do que, mais tarde, entenderia como sendo atitudes machistas advindas de garotos também negros. Veio à minha mente dois episódios, que descrevo sequencialmente.

Na quarta série, estava pintando um desenho que a professora havia dado, outra professora, não mais a do episódio anterior; quando um colega, negro, começou a rir de meu desenho, pois havia pintado o cabelo da personagem do desenho de laranja, uma cor não convencional para cabelos na época. Aquele menino, então, chama a atenção da sala e diz: “Olha o desenho da ‘neguinha’!”, destacando de forma pejorativa a minha cor, que também era a cor dele, mas da qual ele parecia não se identificar. Em outro episódio, envolveu um garoto branco, da mesma turma, o que parecia me fazer sentir ter sido eleita para ser o motivo de chacota dos meninos. Encontrava-me na fila para o lanche, esse menino, começou a fazer

simulações sexuais com meu corpo, me encontrava na frente dele e percebi os outros meninos rindo - pretos e brancos. Fui para um canto ficar isolada, já que aquele era um ambiente hostil para mim. Foi durante esses episódios, que percebi, que havia um ideal de beleza - a da cor branca e cabelos lisos; me sentia mais como um corpo que era desejado para diversão sexual.

Um pouco mais velha, com uns 13 ou 14 anos, essa dimensão do corpo para diversão dos outros ganhou um novo aspecto, ainda mais triste, quando andava na rua em companhia de uma irmã mais velha, com um vestido que usava com bastante frequência, senti alguém passar a mão por debaixo da saia do vestido, no entanto, a pessoa, foi tão rápida, que ao olhar para trás com o susto, não vi ninguém, e me questionei se aquela era uma sensação real, a invasão do meu corpo, de uma forma que eu jamais pude imaginar naquela idade. Fiquei muito tempo sem usar saias ou vestidos para sair à rua.

Embora o corpo fosse desejado, a cor não o era, portanto, assim como tantas outras mulheres negras, não era objeto de afeto masculino. Mas a condição era colocada, de fato, na aparência, já que era a melhor aluna, uma boa amiga e alguém com quem se pudesse contar. Já adulta, com 20 anos, sem nunca ter tido um relacionamento, empregada como operadora de caixa em açougue no bairro, sempre ouvia as propostas de meus colegas de ser a amante, desconversava e seguia executando as minhas funções. Me recordo de um colega, este solteiro, que colocou a questão da seguinte forma: “se você arrumasse o cabelo, eu até namoraria com você” (sic). Havia, neste caso, o apontamento para uma marca que identificava uma não aceitação para um padrão estético que era advindo do cabelo crespo. Logo depois saí do emprego como operadora de caixa, pois ganhei uma bolsa de estudos integral na Universidade Cruzeiro do Sul, zona leste de São Paulo, e pretendia estagiar na área na qual me formaria.

Colocando as relações afetivas em pauta, por muito tempo achei que havia algo de errado comigo, de forma individual, já que não conseguia namorar, ter um relacionamento tal qual as outras meninas/mulheres de minha idade. Não por escolha minha, pois queria ter namorado antes, mas somente aos 30 anos, tive um namorado. Antes disso, as ofertas que me faziam era ocupar o lugar da amante, da outra, em geral, branca. Não me enxergavam como companheira, embora ressaltassem a todo momento meus atributos físicos, minha inteligência e etc.

Meu primeiro namorado era branco e nordestino. A relação foi marcada por términos e reconciliações durante três anos. Sentia que era uma espécie de fuga para seus problemas e nossos encontros se fundavam na sexualidade. Questionava-o sobre a falta de intimidade e de compartilhamento de uma vida a dois em um mesmo espaço, ele respondia mais ou menos

isso: “Cristiane, nossa vida ocorre no espaço de sua casa, momentos nossos que não precisariam ser expandidos para outros espaços.” Durante 3 anos, mesmo com as idas e vindas por conta de minhas cobranças para darmos visibilidade pública à nossa relação, aceitei assumir o lugar em que ele me colocou, mesmo querendo sair dele.

Embora ele frequentasse a minha casa, três vezes saímos como casal em lugares em que não eram frequentados por conhecidos meus ou deles. Jamais frequentei a casa dele, nunca fui apresentada aos seus amigos e aos seus familiares, ou sequer sabiam de minha existência. Mesmo o que é convenção nos relacionamentos atuais, como por exemplo participar como amiga dele nas redes sociais, me era negado por ele. Eu tinha ilusão que namorava com ele, porém hoje percebo que ele não namorava comigo. Ressalto que ele era um homem branco, nordestino, vivendo no estado de São Paulo, que também sabia o peso da discriminação por ser de uma determinada origem; talvez minha vinculação a ele tenha sido porque, de algum modo, era discriminado como eu.

Quando ascendem a um status superior em termos de trabalho, a cor de pele imprime, no outro, a falta de condições de perceber e reconhecer uma situação valorizada institucionalmente. Como exemplo cito o seguinte caso. No primeiro semestre de 2019, fui contemplada com uma bolsa que existe na pós-graduação da Unicamp, para atuar como PED - Programa de Estágio Docência - ofertado para que o estudante (mestrando ou doutorando) possa vivenciar a experiência da docência no ensino superior. Em uma disciplina compartilhada por duas professoras, havia uma estudante PED loira apresentada, por sua orientadora, como sendo parte do programa, “maravilhosa, competente e corajosa”; minha orientadora (Regina M de Souza) me deu voz para que eu mesma me apresentasse, o que fiz, dizendo que era mestranda e PED, que ficaria com a professora Regina durante a primeiro bimestre da disciplina; ofereci meu e-mail e celular e para poder atendê-los mais rapidamente propus que criássemos um grupo da turma no Whatsapp, sugestão aceita por todos. Todavia, me chamou a atenção o comportamento frequente dos estudantes de nomear a estudante branca como PED e a mim com PAD - Programa de Apoio Didático - que é ofertado para alunos da graduação. Embora, minha orientadora corrigisse para PED reiterando meu lugar na disciplina, os estudantes, na maioria das vezes, continuavam a me chamar de PAD ou Cristiane. Notei que os estudantes consideravam PED a estudante branca e eu PAD. Em outra disciplina, no noturno, eu era a única PED. Nela, os estudantes me tratavam como PED, talvez, porque não existisse uma estudante branca na mesma posição, ou pelo fato de serem mais politizados. Jamais vou saber. Mas me sentia desconfortável uma vez que esse ato ocultava e anunciava, ao mesmo tempo, o pressuposto de que uma mulher

negra não poderia estar exercendo a docência universitária. Há a negação cultural e inconsciente da conquista da posição profissional no espaço de uma universidade pública de renome como o é a UNICAMP, por exemplo. Espaços que tem sido visto como “propriedade de pessoas brancas” e, por isto é que o negro ainda precisa recorrer à políticas de ações afirmativas, como as de cota.

Assim, os episódios narrados acima, se mostram como marcas de racismo e de agressões físicas (sutis ou não) e psicológicas das quais precisei elaborar ao longo da vida para subverter a ordem estrutural a qual fui submetida durante o meu processo de socialização, mas que nem sempre são identificáveis para as pessoas que são submetidas a esses processos.

6. O Feminismo negro e as vozes que ecoam do Geledés

Como já dito, foi estabelecido o período de um ano para escolha de alguns artigos publicados no portal Geledés a fim de analisar as notícias publicadas a respeito do ativismo de Marielle Franco e, assim, relacioná-las com a minha história e a das mulheres que me precederam. Tal fato, se faz no sentido de perceber as trajetórias de mulheres negras no Brasil à partir de um lugar que busca dar voz a essas mulheres, portanto, pela necessidade de abranger um tempo onde o estudo da situação do empoderamento da mulher negra pudesse ser analisado de modo minimamente aprofundado em suas múltiplas faces por conta da limitação do tempo para a redação da presente dissertação. Em segundo lugar, porque será alvo principal de discussão, como caso emblemático, serão consideradas as discussões realizadas durante o período de julho de 2018 a julho de 2019 e que se referiram, especificamente, à vida e a morte de Marielle¹⁷ Franco.

6. 1 Marielle

¹⁷ Chitra Ramaswamy. Marielle Franco had to resist – no wonder she didn't survive. The Guardian Weekly. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2018/mar/19/marielle-franco-brazilian-political-activist-black-gay-single-mother-fearless-fighter-murder>.

Foto da reportagem.



Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco (Rio de Janeiro, 27 de julho de 1979 – Rio de Janeiro, 14 de março de 2018), foi uma socióloga, ativista e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação¹⁸

Marielle foi assassinada em uma emboscada junto a seu motorista Anderson Gomes, após sair de um evento. Graduada em Ciências Sociais, através de bolsa de estudo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), quanto fez a sua dissertação baseada nas políticas de segurança pública das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP)¹.

Seu engajamento político estava voltado às causas das minorias sociais e para a ação da polícia nos morros cariocas. Então, fazemos este cruzamento, da história de mulheres comuns, uma página na internet que tem como foco dar visibilidade às demandas da mulheres negras e um fato, o assassinato de uma mulher negra que lutava pelos direitos humanos. Assim, tecemos este trabalho com fragmentos e histórias que se entrecruzam e que constituem o viver da mulher negra. Reverberando aquilo que está sendo dito e que dá voz a quem, muitas vezes, precisou se calar, que esteve oculta nos trabalhos domésticos durante

¹⁸ Via Mariellefranco.com.br (Acesso em 10 de fevereiro de 2023).

um tempo para sustentar sua filha, que, como várias, quando ascende ao nível superior e à pós-graduação sente o desejo incontido de se fazer falar; e nesse momento, as verdades que trazem à tona a brutalidade de apagar de vez sua voz, em ato violento de assassinato real, não apenas moral.

Marielle, assim como muitas mulheres negras brasileiras, tem suas origens associadas à vivência na periferia das grandes cidades. Viveu no complexo de favelas da Maré, em um de seus artigos publicado em 2017, Marielle, nascida em 27 de julho de 1979, na cidade do Rio de Janeiro descreve-se da seguinte forma:

Mulher, negra, mãe, favelada, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, nas eleições de 2016, com 46.502 votos. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Ao se tornar mãe aos 19 anos, de uma menina, Marielle também começou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater essa temática na periferia. As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país modulam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas. FRANCO, 2017, p. 89.

Tal qual a amiga, morta de forma brutal por bala perdida, Marielle também teve sua vida ceifada, junto de seu motorista Anderson por motivos ainda não elucidados. A luta pelos direitos humanos fez de Marielle uma referência pela luta por justiça e igualdade. Em uma busca pelo portal Geledés, com o marcador Marielle Franco, em notícias publicadas entre julho de 2018 a julho de 2020, obteve-se como resposta 19 reportagens falando sobre Marielle, uma média de 1,58 reportagens por mês, provenientes não só do próprio portal, mas de agências de notícias que eram replicadas no portal.

Dentre as reportagens chama a atenção o número de notas ou artigos em homenagem a ex-vereadora; todavia, o mais significativo é que a maior parte das homenagens não se deram no Brasil, mas sim no exterior, onde o nome de Marielle batizou o nome de uma rua na Alemanha e Lisboa, emprestou seu nome a um fundo para bolsistas em Baltimore, nos Estados Unidos, obra em homenagem a ela foi exposta nos stories da cantora Madonna, dentre outros. Esse estranhamento que observa-se a princípio, também se mostra incômodo no Geledés, pois a última reportagem do período citado, datada de 30/07/2019, tem o título *“Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?”*

6.2 Quadro de reportagens que fazem menção a Marielle Franco.

Data	Título	Autor/ Fonte	Origem do Texto	Seção
12/07/2018	Marielle Franco e as fake news.	Luara Silva Pereira	Geledés	África e Sua Diáspora.
20/07/2018	No Rio, lei cria o Dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra	Brasil, 247	Brasil, 247	África e Sua Diáspora.
27/07/2018	Djamila Ribeiro defende feminismo negro em mesa sobre feminicídio e lembra Marielle Franco: 'racismo institucional'	Cauê Muraro	G1	África e Sua Diáspora
31/07/2018	VII Seminário Agosto Para a Igualdade Racial : Homenagem à Marielle Franco e Wangari Maathai	Divulgação	Geledés	África e Sua Diáspora
31/08/2018	Governo federal oferece proteção à Mônica Benício, viúva de Marielle Franco	Alex Rodrigues	Agência Brasil	África e Sua Diáspora
14/09/2018	O labirinto das investigações do caso Marielle Franco	João Soares	DW	África e Sua Diáspora
25/10/2018	No Maracanã, Roger Waters homenageia Marielle Franco e leva família da vereadora assassinada ao palco	Revista Fórum	Revista Fórum	África e Sua Diáspora

31/10/2018	N-1 lança no Aparelha Luzia livro escrito por Marielle Franco que analisa militarização do espaço público	Lau Francisco	Geledés	África e Sua Diáspora
17/11/2018	Universidade Johns Hopkins em Baltimore cria “Bolsa de Estudos Marielle Franco”	Revista Fórum	Revista Fórum	África e Sua Diáspora
27/11/2018	Renata Souza leva adiante as lutas de Marielle Franco	Cassio Bruno	O Dia	África e Sua Diáspora
26/12/2018	Marielle Franco é nome de uma rua na cidade alemã de Colônia	Carlos Bernardino	Delas.Pt	África e Sua Diáspora
16/02/2019	Onze meses após assassinato de Marielle Franco, há mais dúvidas que certezas e muitas perguntas ainda sem resposta	Anistia Internacional	Geledés	África e Sua Diáspora
12/03/2019	Kaddish para Marielle Franco	Judeus pela democracia	Geledés	África e Sua Diáspora
12/03/2019	Marielle Franco será homenageada na maior universidade de Nova York	Guilherme Amado e Eduardo Barreto		África e Sua Diáspora
01/04/2019	Paris vai ter espaço público em homenagem a Marielle Franco	Revista Fórum	Revista Fórum	África e Sua Diáspora

14/04/2019	Dicionário de Favelas Marielle Franco	Wikifavelas	Wikifavelas	África e Sua Diáspora
14/07/2019	Madonna mostra obra de Marielle Franco em seus Stories	Pedro HMC	Põe na Roda	África e Sua Diáspora
27/07/2019	Lisboa vai batizar rua com nome da brasileira Marielle Franco	Carlos Ferro	Diáriode Notícias	África e Sua Diáspora.
30/07/2019	Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?	Nina Lemos	Universa	África e Sua Diáspora.

Quadro elaborado por Cristiane Maria da Silva a partir de consultas feitas no Portal Geledés.

O motivo de Marielle se transformar em símbolo de resistência e luta é respondido pela historiadora francesa Maud Chirio (2019). Segundo ela:

[...], especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. "Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta", diz. "Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro", diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco. (LEMOS, 2019, online).

6.3 Feminismo Negro e Interseccionalidade

Partindo da perspectiva das discussões sobre cor, colorismo, pigmentocracia ressalta-se a importância de movimentos sociais que deem visibilidade para as discussões a respeito de uma dada parcela da sociedade. Neste caso temos o movimento das Feministas Negras, que é um dos vários feminismos existentes. No quadro abaixo mostra-se uma visão abrangente do movimento feminista como este foi se estabelecendo desde a segunda metade do século XIX com as chamadas “Ondas Feministas”, que é um conceito academicamente

estabelecido para observar as mudanças ocorridas dentro do movimento.

6.4 Quadro Ondas Feministas

	Primeira Onda	Segunda Onda	Terceira Onda
Período	Segunda Metade do sec. XIX	Segunda Metade do século. XX	A partir de 1990
Ponto Central	Sufrágio	“O político é pessoal” Crítica ao Patriacado	Diversidade Feminina
Reivindicações	Direito ao voto, inserção no mercado de trabalho	Pautas Culturais, Questionamento dos padrões femininos e masculinos em âmbitos afetivos, político e do trabalho	Questionamento do próprio movimento feminista.
Referências Teóricas	Simone de Beauvoir	Simone de Beauvoir	Universidades como centros de formação de conhecimento
Público	Inicialmente mulheres brancas Burguesas – Liberais Em um segundo momento trabalhadoras brancas - Marxistas	Mulheres Brancas, Surgimento do feminismo Negro	Mulheridades e etnias diversas

As ondas feministas vêm mostrar o desenvolvimento das discussões e das pautas que eram caras às mulheres, em especial mostrar que o desenvolvimento do feminismo tem seu marco simbólico de início na luta pelo direito ao voto feminino, constituiu uma forma de possibilitar que as mulheres poderiam participar do desenvolvimento político dos seus lugares de pertencimento, além de reivindicar lugar no mercado de trabalho. A pauta inicial do feminismo estava voltada para as mulheres brancas, pois nem os homens negros tinham o direito ao voto¹⁹, assim como as mulheres negras já estavam inseridas no mundo do trabalho, ainda que em condição visivelmente subalterna em relação às mulheres brancas.

O século das revoluções teria deixado esse legado aos séculos seguintes: a reivindicação das mulheres aos seus direitos de cidadania, que se materializou em uma ação política organizada com discurso próprio e especificidade na luta das mulheres. Assim, as primeiras pautas desses movimentos, pertencentes ao que se denomina primeira onda do feminismo, apresentavam reivindicações por melhores condições de trabalho, como salário, redução da jornada e salubridade, e pela conquista de direitos políticos – de votar e representar interesses nos parlamentos. MARTINS, 2015, p.232.

A segunda onda do feminismo vem para mostrar que há diferenças dentro do próprio movimento, que as reivindicações abarcavam somente uma porção das mulheres. Com isso, tem-se a divisão e o surgimento do movimento feminista negro, pois há a dimensão do lugar em que cada sujeito fala, deste modo as diferenças passam a ser evidenciadas.

Nesse momento, em que direitos políticos e civis já estavam em processo de consolidação em diversos países ocidentais, estabeleceram -se os alicerces de uma teoria feminista, destinada a compreender as origens e as causas das desigualdades entre os sexos. Atribuiu-se uma dimensão política ao problema da opressão feminina, sintetizado pelas feministas dos anos 60 pelo slogan “o pessoal é político”. Esse foi um dos emblemas mais importantes do feminismo na segunda metade do século XX, segundo o qual a sexualidade perde seu domínio eminentemente privado e passa a ser compreendida como uma relação de poder entre os sexos. A sexualidade teria, a partir de então, essência política, sendo constitutiva da ordem patriarcal. Logo, se há, a partir de então, um lugar de onde emana a condição unificada das mulheres, esse lugar é o universo da sexualidade e da intimidade, o espaço da vida privada. (MARTINS, 2015, p. 234).

Se há, portanto, um elemento unificador do movimento feminista, “o universo da sexualidade e da intimidade, o espaço da vida privada”, existe neste mesmo espaço privado as diferenças da experiência de ser mulher, que culmina em uma vivência social onde cada uma vai estabelecer as suas necessidades de engajamento. Nos Estados Unidos, a filósofa e ativista Angela Davis, aponta em sua obra “Mulher, Raça e Classe”, que já em 1890 havia

¹⁹ “Na história política do Brasil, até 1934, mulheres, negros, pobres e analfabetos não tinham direito a voto”.

engajamento das mulheres negras para arregimentar agremiações de mulheres a fim de lutar contra as leis de linchamento que ainda ocorriam nos Estados Unidos e atingiam, em especial, a população negra. (DAVIS, 2016, p. 131).

O Feminismo Negro se evidencia nos Estados Unidos, no final da década dos anos 1960, quando havia uma vasta discussão sobre os direitos civis dos afro-americanos, pouco mais tarde este movimento se estabelece no Brasil como aponta estudo de Cardoso (2012). Ressalta-se que o movimento feminista negro é estabelecido em momento em que alguns países da América Latina passam pelo processo da ditadura militar, dentre eles o Brasil, um período em que há o cerceamento de manifestações de cunho político, além de ser um período restritivo dos direitos humanos.

Segundo levantamento feito por Gomes e Coelho (2015), foi especialmente nas décadas de 1980 e 1990, que houve a articulação efetiva do movimento feminista negro, quando a partir das discussões feministas, percebe-se que as demandas das mulheres negras não são as mesmas das mulheres brancas do movimento feminista. Ainda segundo as autoras, estava presente a necessidade de colocar as intersecções que estão colocadas essas mulheres, pois falamos, portanto, das condições de pobreza na qual a maior parte está estabelecida, além do enfrentamento ao racismo, fundamental para mostrar que a democracia racial é de fato um mito presente no imaginário do povo brasileiro, mascarado por um racismo velado.

A articulação do movimento negro e do próprio feminismo negro se torna crucial para poder pensar a estrutura racista do Estado brasileiro e assim começar a propor políticas públicas que atendessem a necessidade desta população. Exemplo disso, como nos mostra Werneck (2016), é a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, que chega a Brasília e começa a fomentar, a partir daí, discussões que dizem respeito à população negra em geral. No artigo de Werneck há a discussão das políticas públicas voltadas para a saúde da população negra e coloca, ainda, a mulher negra como uma das principais articuladoras dessas políticas, visto que eram a maioria das profissionais que se ocupavam das questões relativas aos cuidados com a saúde.

... grande parte das formulações conceituais de diretrizes e estratégias e da atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, a partir da atuação dos sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores. Nesse processo de formulação, as mulheres negras tiveram especial destaque, não apenas por sua experiência histórica e cultural nas ações de cuidado, mas também por serem as mulheres negras a parte expressiva de trabalhadoras de saúde das diferentes profissões. As instituições de pesquisa, os órgãos de fomento e as instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde permaneceram ausentes na maior parte desse processo e ainda necessitam de atuação mais consistente e capaz de

responder adequadamente às demandas largamente expressas. (Werneck, 2016, p.539).

Portanto uma análise de como as mulheres negras têm se colocado nas redes sociais mediadas por computador, pode nos dar indicativos das mudanças sociais que estão ocorrendo no Brasil e que tem gerado diversas tensões: seja pela aquisição de uma corporeidade relacionada a estética afro, seja por movimentos artísticos que denunciam as contradições sociais.

Seriam necessários mais estudos sobre a correlação entre as demandas da mulher negra, suas trocas de experiências e defesas de pautas nos espaços virtuais afetam a identidade da mulher negra pelas tecnologias de informação. Deste modo, o estudo deste comportamento abre caminhos para a pesquisa de outros grupos e como eles se relacionam com esta rede informacional e como esta age no processo identitário e de construção social. Neste sentido as intersecções acabam por se estabelecer nas redes sociais de modo ainda mais visível, já que múltiplos atores, de diferentes classes sociais, grupos de pertença e origens se cruzam, de modo a, com suas próprias intersecções, criarem novos entrecruzamentos.

Para Crenshaw (2002, p.177):

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos.

Nesta perspectiva temos, então, o feminismo negro marcado pela interseccionalidade, pois as mulheres negras, corroborando a analogia de Crenshaw, se encontram nos eixos raciais e de gênero, além de boa parte ainda ser atravessada pela questão socioeconômica. A interseccionalidade se torna importante pois o feminismo genérico não abarca todas as reivindicações da mulher negra e, além disso, o movimento negro, por sua vez, também não abarca muitas das questões pertinentes às mulheres. O racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Portanto, concordamos com a

antropóloga e professora Lélia Gonzalez na tangência de que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”, determinando-se, assim, como prioridade das lutas das mulheres negras, o combate ao racismo, pelo fato de haver um grupo dominante dentro do movimento feminista, que é o das mulheres brancas; e ao machismo, pelo fato histórico de hegemonia masculina no movimento. Para finalizar este ponto concernente à relevância e urgência da consciência racial, ilustramos com entrevista concedida pela advogada Valeria dos Santos, ao The Intercept Brasil, quando fora algemada e arrastada durante uma audiência em setembro de 2018:

Então veio um de cada lado, me deram uma rasteira, me algemaram e arrastaram pelo chão. Eu fui deixando eles me levarem, porque se eu me debatesse, eles teriam motivo pra me dar um tiro. Eles falaria que dei motivo, que tentei pegar a arma. A todo momento me mantive calma, mesmo ouvindo dos próprios advogados que eu estava errada — por exigir o meu direito. Fui encaminhada à delegacia para ser autuada pelo crime de resistência. Dizem que o crime de resistência é bom para o currículo do advogado combativo, mas foi horrível naquele momento porque eu não tinha consciência que tinha sofrido discriminação racial. A todo momento falavam que era racismo, mas eu não entendia. Então, quando a Ordem dos Advogados do Brasil me chamou para participar da coletiva, eu não queria jogar para a questão racial porque iam falar que eu estava me vitimizando: em vez disso, falei que houve uma violação da minha prerrogativa, porque a juíza não me deixou ter acesso aos documentos. Eu achava inapropriado falar sobre o ocorrido, porque a OAB prega que advogado tem que ter postura e usar de urbanidade. A ficha de que foi racismo só caiu quando fui à Bahia. Eu sentei com mulheres que me mostraram o que eu precisava ler para entender que foi racismo, então li Ana Maria Gonçalves, Djamilia Ribeiro, Carla Akotirene, Chimamanda Ngozi... e lá eu entendi. Com essas leituras eu entendi que existe uma Constituição, mas ela não é aplicada ao povo negro. Eu, na qualidade de advogada, não poderia ser algemada na audiência porque a lei proíbe. Um banqueiro não é algemado porque isso “fere a honra” dele. Para os mais pobres, a humilhação é constante. Em menos de 30 segundos depois que eu disse que não sairia da sala, fui algemada. (The Intercept Brasil, 2019).

7. Considerações Finais

O presente trabalho acadêmico partiu da perspectiva proponente a compreender como a imagem da mulher negra é produzida e reproduzida perante a sociedade brasileira. Neste sentido utilizamos a ferramenta narrativa de história de vida como metodologia principal e basal para tal compreensão, que é multidimensional; isto é, marcada por questões políticas, sociais, raciais e econômicas. Falamos, portanto, da perspectiva instrumental da interseccionalidade em que vários aspectos vão, estruturalmente, entrecruzar a vida de um indivíduo afetado pelas subjacências de seus marcadores sociais. Portanto, são diversos e complexos os aspectos que atravessam as dimensões de vida da mulher negra; e que vão conferir sentido - ou base - para que possamos identificar elementos constitutivos do processo de construção de sua identidade social; da percepção (e apercepção) de seus corpos, do lugar que devem ocupar e como devem ocupar estes espaços.

Este trabalho, dentre muitos outros canais, denuncia as múltiplas violências a que estão submetidos os corpos de pessoas negras; sobretudo os corpos de mulheres negras brasileiras, que desde a era colonial carregam em si a marca da audácia não velada da ideologia casa-grande e senzala, que atualiza secularmente identidades políticas a saber Senhor de engenho, o capitalista, o branco; A sinhazinha, a patroa; que mais difere de mim em identidade racial, mas igualmente está estruturalmente submissa aos caprichos do patriarcado, em seus subprodutos temperados aos machismos e misoginias a gosto do colonizador, quando de nossa identidade de gênero: feminino, o subalterno, o de menos-valia nesta sistêmica lógica perversa. A cor preta e o gênero feminino na mesma equação parece produzir uma espécie de pecado ou crime perante a supremacia que se pretende historicamente branca e masculina no seio do cis-heteropatriarcado²⁰.

Somos nós, as mulheres pretas, a própria intersecção entre machismo e racismo nas tensões capitalistas, no seio da era patriarcal. A nossos corpos que é imposta à incumbência banalizada de parir o capital humano; capital humano que é gerado, parido e chorado pela mãe preta, cotidianamente. Nós, mulheres pretas, temos nossas vivências atravessadas pelo sistema patri-capitalista desde o início ao fim de nossas vidas. O sistema, que tem nome,

²⁰ A égide Cis-heteropatriarcal consiste em normalizar e naturalizar a identidade de gênero “cisgênero”, a orientação sexual “heterossexual” e o “patriarcado” como modelo ideal de família. (Lacerda e Santos, 2020, s/p) .Disponível em: https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1598634909_ARQUIVO_2f64f86751dbec0b194779f24de4771a.pdf. Acesso em: 07/11/2022

lugares e cores predefinidas, assassina nossas vivências cotidianamente e as molda a seu gozo e bel prazer. O sistema que produz e perpetua violências físicas, emocionais, geracionais, simbólicas, institucionais e de dimensões generalizadas e “inquantificáveis”, sobre o povo preto.

O início do tráfico negreiro do Atlântico marca uma narrativa de povos vindos da África, de modo a homogeneizar o comportamento das pessoas negras, especialmente das mulheres negras, de como são vistas e de como seus corpos são demarcados para a criação de mão de obra para a colônia de Portugal; ou seja, o Brasil de corpos marcados para a reprodução, até corpos marcados para morrer; vida e morte se fazem presente no corpo dessas mulheres que são trazidas e já objetificadas enquanto pertencentes à terra, tal qual um animal, passam a ter as suas vidas ressignificadas de diversos modos, passando desde o racismo científico, como projeto eugênico ainda existente de modo mascarado, à segregação dos espaços em que vivem e viveram. Se em um primeiro momento, nós falamos de como esses corpos foram tratados à época da escravidão; em um segundo momento, nós falamos de como estes corpos são objetificados na sociedade atual. Se trazemos à tona a importância dos meios de comunicação, tal qual o portal Geledés, mostrar o cotidiano, dessas mulheres e de como as opressões marcam as suas vivências cotidianas, o fazemos de modo a denunciar como, ainda, somos nós por nós, parafraseando Emicida em sua canção *Principia* do álbum Amarelo, conforme letra abaixo.

O cheiro doce da arruda
Penso em Buda calmo
Tenso eu busco uma ajuda às vezes me vem o Salmo
Tira a visão que iluda, é tipo um oftalmo'
E eu, que vejo além de um palmo
Por mim, tô Ubuntu, ó, uau
Se for pra crer num terreno
Só no que nós tá vendo memo'
Resumo do plano é baixo, pequeno e mundano
Sujo, inferno e veneno
Frio, inverno e sereno
Repressão e regressão
Angústia é eu ter calma e a vida escada
Junto ler almas pra além da pressão
As voz em declive na mão desse Barrabás
Onde o milagre jaz
Só prova a urgência de livros perante o estrago que um sábio faz
O mestre em dívidas avidas
Sem noção do que são dádivas
No tempo onde a única que corre livre aqui são as suas lágrimas
E eu voltei pra acabar tipo infarto
Depois fazer renascer, estilo parto
Eu me refaço, fato, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a benção vem a mim, reparto

Invado cela, sala, quarto
 Rodeio o globo, hoje tô certo
 De que todo mundo é um
 E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é (bis)
 Cale o cansaço, refaça o laço
 Ofereça um abraço quente
 A música é só uma semente
 Um sorriso ainda é a única língua que todos entende
 Cale o cansaço, refaça o laço
 Ofereça um abraço quente
 A música é só uma semente
 Um sorriso ainda é a única língua que todos entende (Gente é pra ser gentil)
 Tipo um girassol, meu olho busca o sol
 Mano, crer que o ódio é solução
 É ser sommelier de anzol
 Barco a deriva sem farol
 Nem sinal de aurora boreal
 A voz corta a noite igual um rouxinol
 Tudo que bate é tambor
 Todo tambor vem de lá
 Se o coração é o senhor, tudo é África
 Pois em prática, essa tática, matemática falou
 Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
 Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou
 Jantar com as menina enquanto germina o amor
 É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito
 Quer que eu tire de tua dor
 Quer mil volta descarga de tanta luta
 Adaga que rasga com força bruta
 Deus, por que a vida é tão amarga?
 Na terra que é casa da cana-de-açúcar
 E essa sobrecarga fruto gueto
 Que apaga e assusta seu suspeito
 Recarga que é igual a Jesus
 No caminho da luz, todo mundo é preto
 E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Vejo a vida passar num instante
 Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Não sei, não posso saber
 Quem segura o dia de amanhã na mão?
 Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
 Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
 Seria... Sim seria, se não fosse o amor
 O amor cuida com carinho
 Respira o outro, cria o elo
 O vínculo de todas as cores
 Dizem que o amor é amarelo
 É certo na incerteza
 Socorro no meio da correnteza
 Tão simples como um grão de areia

Confunde os poderosos a cada momento
 Amor é decisão, atitude
 Muito mais que sentimento
 Alento, fogueira, amanhecer
 O amor perdoa o imperdoável
 Resgata a dignidade do ser
 É espiritual
 Tão carnal quanto angelical
 Não tá no dogma ou preso numa religião
 É tão antigo quanto a eternidade
 Amor é espiritualidade
 Latente, potente, preto, poesia
 Um ombro na noite quieta
 Um colo pra começar o dia
 Filho, abrace sua mãe
 Pai, perdoe seu filho
 Paz, é reparação
 Fruto de paz
 Paz não se constrói com tiro
 Mas eu miro, de frente
 A minha fragilidade
 Eu não tenho a bolha da proteção
 Queria eu guardar tudo que amo
 No castelo da minha imaginação
 Mas eu vejo a vida passar num instante
 Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Eu não sei, eu não posso saber
 Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
 Farei um altar pra comunhão
 Nele, eu serei um com o mundo até ver
 O ponto da emancipação
 Porque eu descobri o segredo que me faz humano
 Já não está mais perdido o elo
 O amor é o segredo de tudo
 E eu pinto tudo em amarelo (EMICIDA,2019)

Conforme apresentado anteriormente, o Portal Geledés tem uma relevante contribuição ativa no sentido de denunciar e prover suporte, além de evidenciar tudo aquilo que acontece com as mulheres negras; e com a sociedade brasileira, no geral, partindo da perspectiva racial. A partir daí conquistamos ferramentas para nortear as demandas sociopolíticas de pessoas negras; isto é, compreendemos a indispensabilidade do recorte racial em um país como o Brasil, que desde sua base configura o racismo como estruturante de sua sociedade; sociedade na qual pessoas ocupam lugares de acordo com os tons de suas peles; configurações nas quais os meios em que nascem e vivem serão fundadores de suas existências.

Outro eixo central de discussão deste trabalho é a marcação geracional de tais atravessamentos; isto é, estes ocorrem de geração em geração, tal qual foi mostrado nesta dissertação, em que uma dada geração é abruptamente ceifada de seus laços familiares,

repentinamente abandonada e o quanto a necessidade de se fazer escolhas vão pautar a vida de várias mulheres aqui colocadas, como as de minha bisavó, da minha avó, da minha mãe, a minha própria história e a história de Marielle, são histórias de vidas atravessadas pelas intersecções categóricas de existência humana, como apontado por Kimberly Crenshaw e que vão mostrar como - ainda - as mulheres negras precisam ocupar espaços que não lhe são ofertados; quando o único espaço oferecido para mulher negra ainda hoje, majoritariamente, é o ambiente doméstico, senão o seu próprio, àqueles das patroas, dos patrões, que ainda se fazem presentes na perspectiva colonialista. Mesmo quando essas mulheres ocupam espaços, que são majoritariamente ocupados por pessoas brancas, são colocadas em situação de subalternidade, não raramente submetidas a uma espécie de “tratamento silencioso”, que as colocam em um lugar de inviabilidade, já que cabe a elas demonstrarem por si, suas competências. Como diz a letra acima *“Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”*.

Caso emblemático e que vai corroborar o que coloco acima é a história de Mirtes e Miguel. Mirtes, mulher preta, trabalhadora doméstica, moradora da periferia de Recife, mãe solo. Trabalhava em um apartamento de luxo no centro da cidade de Recife/PE. Era junho de 2020, momento crítico da pandemia de COVID19, quase dois meses após ser decretado o lockdown. Mirtes continuava trabalhando, mesmo não sendo serviço essencial naquele momento, e foi ao trabalho pois a sua patroa precisava fazer as unhas. Devido às condições do momento, escolas fechadas e outros lugares que Miguel poderia ficar, Mirtes se viu obrigada a levar seu filho. Um dia, Mirtes sai do apartamento para levar os cachorros da patroa para passear. Sari Corte Real, a patroa de Mirtes e a primeira dama de uma cidade litorânea de Pernambuco, fica responsável pelos cuidados de Miguel durante o tempo em que Mirtes passeava pelos pets de Sari para, provavelmente, fazerem suas necessidades. Miguel tinha cinco anos de idade. Sari, por sua vez, não suporta os apelos causados por Miguel que, insistentemente chama por Mirtes. Sari, incomodada com os clamores de Miguel, enquanto fazia suas unhas, o coloca para que possa buscá-la, sozinho, pelo prédio. Abrindo mão de sua condição de cuidadora da criança naquele momento, deixa o menino no elevador. Miguel, provavelmente aperta vários números de andares, acabando por se colocar em perigo numa das paradas do elevador - o nono andar.

A polícia informou que, no hall no 9º andar, o menino foi até a área onde ficam peças de ar-condicionado. Ele escalou a grade que protege os equipamentos e caiu de uma altura de 35 metros. Uma das peças da grade ficou quebrada e tem marcas dos pés da criança. (Portal G1, 05/06/2020).

Tal qual o menino 23, Miguel era visto, por aquela mulher, como alguém que poderia ter domínio sobre si, mesmo tendo somente cinco anos. Não era uma criança, era um menino preto, ambos, Miguel e o menino 23, desumanizados pelo olhar do outro, branco, que supõe um lugar de superioridade como se Miguel fosse mais um de seus pets, dos quais cuidava melhor. Mirtes, por sua vez, precisa ressignificar a sua história, deste modo, parte para o estudo do direito, se insere no mundo das leis, para assim dar conta de seu luto. E assim, precisando se refazer de suas dores, como as mulheres pretas que seguem sendo a base de uma pirâmide social que as renegam a todo momento e em todas as suas ações, mas lutam e resistem por serem (re)conhecidas como seres humanos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR FILHO, Sidney. Educação, autoritarismo e eugenia = exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251194>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

ALMEIDA, Paula. 25 de julho: Dia Nacional de Tereza de Benguela, a líder do Quilombo de Quariterê. Esquerda Diário: Movimento Revolucionário de Trabalhadores, 2018. [reportagem] Disponível em: <http://www.esquerdadia.rio.com.br/25-de-julho-Dia-Nacional-de-Tereza-de-Benguela-a-lider-do-Quilombo-de-Quaritere> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

ALONSO, S. L. (1988). A escuta psicanalítica. Disponível em: www.uol.com.br/percurso/mais/pes01/artigo0120.htm. Acesso em: 24/05/2003.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. (2000). O reinado de D. Manuel e as Ordenações Manuelinas. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 95, 19-32. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67454>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

BATISTA, Pollyana. Quem era Marielle Franco? In: Estudo Prático: Biografias Fique Sabendo [reportagem] Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/quem-era-marielle-franco/> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

BERTH, Joice. O que é Empoderamento? Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2018.

BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio: prestes a completar 10 anos, programa apresenta resultados opostos ao que foi previsto. In: El País, Brasil, 2018 [reportagem] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. In Bíblia Shedd. Português. Antigo e Novo Testamentos. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1997.

BILHEIRO, Ivan. A Legitimação Teológica do Sistema de Escravidão Negra no Brasil: Congruências com o Estado para uma Ideologia Escravocrata. Juiz de Fora: 2008. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2008/a_legitimacao.pdf Acesso em: 19 nov. 2020.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estud. av.**, São Paulo , v. 2, n. 3, p. 4-39, dez. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000300002>.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Diário Oficial da União de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 16 jan.2019.

_____. Decreto 847, de 11 de Outubro de 1890. Disponível em: [D847 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1890-1899/decreto0847.htm). Acesso em 13 de março de 2020.

_____. Decreto Lei 3688, de 03 de Outubro de 1941. Disponível em: [DEL3688 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1941-1949/decreto-lei03688.htm). Acesso em 13 de março de 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia (UFBA): 2012. . Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas 1, p.171-189, 2002. Acesso em: 9 de junho de 2020.

CRITELLI, Dulce. História Pessoal e Sentido da Vida – Historiobiografia. São Paulo: EDUC. 2012.

CRUZ, Jéssica Thoaldo; MARTINS, Patrícia. Colorismo e embranquecimento na rede: O racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana. 2018. Disponível em: [?](#). Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

CRUZ, Maria Teresa. Jovem levado pela PM quando aguardava entrega de comida é encontrado morto. Portal UOL. Disponível em: [Jovem levado pela PM quando aguardava entrega de comida é encontrado morto - 29/04/2020 - UOL Notícias](#) . Acesso em 18 de novembro de 2020.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto. Por que não deveríamos usar o “Negro da Casa”. 2018, Alma Preta. Disponível em: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic> > Acesso em: 07 de abril de 2020.

CUT: Cidadania: Central Única dos Trabalhadores. 25 de julho: Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Redação Spbancários, 2019. [reportagem] Disponível em: <https://spbancarios.com.br/07/2019/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

DANTAS, Tiago. "Web 2.0"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/web-20.htm>. Acesso em 08 de março de 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOVE, Nah. Mulherismo africana: Uma teoria afrocêntrica. Vol 28, no 5 maio 1998.

DUARTE, Fabio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. O Tempo das Redes. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESSED, Philomena. Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory, vol 2. London: SAGE Publications, 1991.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98

FAUSTINO, (NKOSI) Deivison F. (2014). O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). (2014). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75-104.

FONTOURA, Adriana Raquel Ritter; GUIMARÃES, Adriana Coutinho de Azevedo. História da Capoeira. Revista da Educação Física/UEM . Maringá, v. 13, n. 2 p. 141-150, 2. sem. 2002. Disponível em: [periodicos.uem.br > ojs > RevEducFis > article > download](http://periodicos.uem.br/ojs/RevEducFis/article/download). Acesso em: 09/11/2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1997, 6ª edição.

_____. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: manUelVozes, 1999.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000

_____. História da Sexualidade II, O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984, 13ª edição, 2012.

FRANKLIN, NAILA INGRID CHAVES. Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da obra da criminologia positivista de Nina Rodrigues. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Faculdade de Direito. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Buscando no repositório](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. Rev. Subj., Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 outubro. 2019. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

GAMA, Angélica Barros. As Ordenações Manuelinas, a tipografia e os descobrimentos: a construção de um ideal régio de justiça no governo do Império Ultramarino português. Navigator, vol. 7, número 13, p. 21 - 35. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig13/dossie/N13_dossie2.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. Marielle é Justica. (s/d). [reportagem] Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marielle-franco/> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

GUIMARÃES, Márcio Renato. O Termo Ariano e a Narrativa Indo-Europeia. Línguas & Letras, [S. l.], v. 19, n. 43, p. <http://dx.doi.org/10.5935/1981-4755.20180015>, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/20439>. Acesso em: 17 nov. 2022.

IPEA. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, nº 24. Brasília: março de 2016.

KARLSSON, Joselaine. Mulherismo Africana e Feminismo: Uma análise da construção epistemológica no âmbito da antropologia. XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre 22 a 25 de Julho de 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trd. Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZINETTS, Robert. V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014

LEVY, Pierre. O que é o Virtual? Trad. Paulo Neves. São Paulo, ed. 34, 1996.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 20-33, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/03.pdf> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

LOTIERZO, Tatiana H. P. Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos. Dissertação de mestrado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-18122013-134956/en.php>>. Acesso: 13/02/2020

MACEDO, Mônica Medeiros Kother; FALCAO, Carolina Neumann de Barros. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 65-76, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S141511382005000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 08 jan. 2020.

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. *UOL*. Maceió, 13 de novembro de 2019. Sessão Cotidiano, n.p. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Cafécom Sociologia*: Vol.4, Nº1. Jan. - abr. 2015. Disponível em: [443-1633-1-PB \(1\).pdf](#). Acesso em: 18 de outubro de 2020.

MBEMBE, Achille. *África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade Pós-Colonial*. Portugal: Coleção Reler África, 2012.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Trad. Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

_____. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufrrj n. 32, 2016. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolice81tica-achille-m-ensaio.pdf> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

_____. *Políticas da Inimizade*. Trad. marie thauront, a partir da edição em francês de 2016 da “éditions la découverte”. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/55274815/as-politicas-da-inimizade-achille-mbembe> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

_____. *Politiques de l'inimitié*. Trad. Marta Lança. Portugal: Antígona, 2017.

_____. *Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África Descolonizada*. Portugal: Coleção Reler África, 2014.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

NINA RODRIGUES, Raimundo. “A população brasileira no ponto de vista da psychologia criminal”. In: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933. [1894]

OLERJ: Observatório Legislativo Da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Unidade de Polícia Pacificadora, UPP, (s/d). [reportagem] Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Lenadro Roque de; MOREIRA, Vinicius Leonard. Principia. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/principia-part-fabiana-cozza-pastoras-do-rosario-e-pastor-henrique-vieira/>. Acesso em: 07/11/2022.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Direção: Ian Leite e Luiza de Castro. Realização do documentário: Monstro Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>

PENA, Rodolfo Ferreira Alves. UPP – Unidade de Polícia Pacificadora. In: Mundo Educação, (s/d) [reportagem] Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policia-pacificadora.htm> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

PEROSA JÚNIOR, Edson. A Propaganda da AIB e suas Aproximações com a Propaganda Nazista. Cadernos de Clio, Curitiba, nº2, 2011. Disponível em: [24711 \(ufpr.br\)](https://www.ufpr.br/revista/24711). Acesso em 07 de abril de 2020.

PIMENTEL, Raul. Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada. In: Jornal da PUC, 2016. [reportagem] Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4934&sid=47> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é Lugar de Fala? Belo Horizonte – MG : Letramento: Justificando, 2017.

_____. Quem tem medo do Feminismo Negro? 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Carla; AIRES, Suely. Dossiê: A leitura de Achille Mbembe no Brasil. Grupo Cult: Revista Cult, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-leitura-de-achille-mbembe-no-brasil/> Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso>. access on 08 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>.

RODRIGUES, Cláudia Vanessa Leão da Cunha Lopes. Ensaio sobre o mecanismo defesa identificação com agressor. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 2009. Disponível: Microsoft Word - Capa.docx_ agradecimentos.docx_ resumo e índice (core.ac.uk). Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

ROUBICEK, Marcelo. Empregos Inofrmais: os mais vulneráveis à crise da pandemia. Portal Nexos. Publicado em 03 mar. 2020. Disponível em: [Empregos informais: os mais vulneráveis à crise da pandemia | Nexo Jornal](https://www.nexojornal.com.br/Coluna/2020/03/03/Empregos_informais_os_mais_vulneraveis_a_crise_da_pandemia). Acesso em 17 de outubro de 2020.

SANTANA, Bianca. Quem é mulher negra no Brasil? Colorismo e o mito da democracia racial. Revista Cult, edição: 234, maio de 2018, 60 p. Disponível em: Quem é mulher negra

no Brasil? Colorismo e o mito da democracia racial (uol.com.br). Acesso em; 18 de novembro de 2019.

SANTOS, Fernando Hilário *et al.* Terceiro Reich: propulsor dos direitos humanos. Revista Científica FacMais, Volume. VI, Número 2. Ano 2016/1º Semestre. ISSN 2238-8427. Disponível em:Artigo-4-TERCEIRO-REICH-PROPUSOR-DOS-DIREITOS-HUMANOS.pdf (facmais.com.br). Acesso em 15 de outubro de 2020.

SARAIVA, Jaqueline. Saiba quem era Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio. In: Estado de Minas: Política, 2018. [reportagem] Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml Acesso em 15 de Dezembro de 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2013.

SEDRINS, A. P.; SIBALDO, M. A.; LIMA, R. B. DE. AS relações entre gêneros em A Cor Púrpura, de Alice Walker: A caminho da descoberta da feminilidade de Celie. Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, n. 3, 20 dez. 2005. Disponível em:Vista do

AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA EM A COR PÚRPURA, DE ALICE WALKER: A CAMINHO DA DESCOBERTA DA FEMINILIDADE DE CELIE (ufpb.br). Acesso em 09/11/2019.

SILVA, Maria Lúcia. Racismo e os efeitos na saúde mental. I Seminário Saúde da população Negra. 2004. Disponível em < http://www.nutes.ufpe.br/indu/pluginfile.php/20902/mod_r > Acesso em 26 de nov. de 2020.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 38, n. 2, p. 339-342, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442015000200339&lng=en&nrm=iso>. access on 08 março 2020.<https://doi.org/10.1590/1809-58442015217>.

SOUZA, Regina Maria; Gallo, Silvio. Por que matamos o barbeiro. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, p. 48 Agosto/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10848.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

SOUZA, Regina Maria de; PATRIOTA DA SILVA, Morena.; SILVA, Cristiane Maria da. Recortes literário e biográfico de Monteiro Lobato na defesa da eugenia e do fascismo racial. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 5, n. 13, p. 210-228, 28 jun. 2020.

STEPAN, Nancy. A eugenia no Brasil: 1917-1940. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.331-391. 2004.

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto; MOTA, André. Representações do discurso médico-eugênico sobre a descendência: a eugenia mendelista nas teses doutorais da Faculdade de

Medicina e Cirurgia de São Paulo na década de 1920. Saúde soc., São Paulo ,v. 26,n. 3,p. 612- 625, Setembro de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000300612&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de março de 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saude soc., São Paulo ,v. 25,n. 3,p. 535-549, Sept. 2016. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18 de outubro de 2020.